



A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberto o IX Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao requerimento desta que vos fala, Senadora Ana Amélia, com o objetivo de avaliar os problemas referentes à comercialização do arroz e do trigo no Brasil, com a presença dos seguintes convidados aos quais já convido para compor a Mesa, como já está ocorrendo neste momento: Márcio Langer, Assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, Fetag; Dr. Francisco Lineu Schardong, Presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz; Sr. Flávio Enir Turra, Gerente Técnico e Econômico do Sistema Cooperativista do Paraná – Ocepar, vinculado à OCB; e o representante do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos, que é Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No caso do Dr. José Maria, ele está a caminho deste encontro e, em seguida, vai tomar assento para participar do debate.

Quero lembrar também a todos que nos acompanham nesta Comissão, especialmente aos nossos telespectadores da TV Senado, que temos uma interatividade em que todos, em qualquer parte do Brasil, podem enviar suas perguntas, suas indagações para este debate por meio da Internet neste endereço: www.senado.gov.br/alosenado; ou pelo *Twitter*: @alosenado; ou pelo telefone 0800-61-2211, a ligação é gratuita e pode ser por telefone fixo, por telefone celular ou por um telefone público, o conhecido orelhão.

Estamos desejando, como aconteceu nas demais reuniões deste ciclo de debates, a sua participação, o que vem a tornar o debate mais esclarecedor sobre tema de interesse da economia brasileira e, em particular, da produção agropecuária, já que vamos debater a comercialização do arroz em nosso País.

Convido para fazer uso da palavra, por 20 minutos, o Dr. Flávio Enir Turra, que é Gerente Técnico e Econômico do Sistema Cooperativista do Paraná, a OCB/Ocepar.

Com a palavra o Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Boa-tarde, Senadores. Boa tarde, Senadora Ana Amélia. Boa tarde, ilustres representantes do Rio Grande do Sul, da Farsul, e também representante da Fetag. Quero agradecer a oportunidade de estarmos debatendo aqui, hoje, a cultura do arroz e a cultura do trigo.

Na realidade, ao iniciar a nossa conversa, gostaria de citar que como o Paraná não é um Estado representativo em nível nacional com relação à produção de arroz... Na realidade, produzimos, no Estado do Paraná, 180 mil toneladas de arroz por ano, das quais 150 mil toneladas são referentes ao arroz irrigado e o restante, 30 mil toneladas, referentes ao arroz de sequeiro.

Então, toda política com relação à questão do arroz, vamos deixar que os representantes do Rio Grande do Sul comentem.



Vamos falar mais especificamente sobre a questão do trigo.

O Estado do Paraná é o maior produtor de trigo. Temos uma produção estimada... Aliás, em termos de área, inicialmente, o Estado do Paraná cultivou um milhão e trinta mil hectares, representando 10% de redução em relação à safra passada. Se considerarmos as duas últimas safras, o Estado do Paraná reduziu 30% da sua área. Então, está havendo certo desestímulo em termos de produção.

Em termos de Rio Grande do Sul, devemos ter uma situação diferente, com um aumento de 5% inclusive, segundo a Conab.

Mas em média, no âmbito nacional, devemos ter uma redução de área de 4,5%. E essa redução de área vai, mais ou menos, na contramão do que está acontecendo no âmbito mundial. Enfim, no Brasil se reduz a área, mas, no âmbito mundial e por conta dos preços favoráveis, está havendo um aumento de plantio.

Em termos de produção, o Paraná deve produzir algo em torno de 2,850 milhões toneladas, 13% a menos do que na safra passada. O Rio Grande do Sul deve produzir uma safra muito semelhante, aproximadamente um 1,9 milhão toneladas, em torno de dois milhões de toneladas, uma pequena redução. Esperamos que haja uma produtividade média histórica e não exatamente a produtividade do ano passado, que foi muito boa. Teríamos, então, um aumento, se repetíssemos um ano tão bom como foi o ano passado, para o trigo.

Em âmbito nacional, 9,6%, 10% foi a redução na produção brasileira, o que representa 500 mil toneladas a menos do que foi produzido na última safra.

Em termos mundiais, temos um gráfico que mostra a relação entre produção e consumo. Desde 2003 e 2004 até hoje, temos um crescimento de produção, mas principalmente de consumo. Nesse período, por três anos, tivemos produções superiores ao consumo; nos demais anos, ou equivalentes ao consumo, ou menores. Isso provocou, de certa forma, um descompasso. Hoje, nós estamos, em nível mundial, com estoques menores do que no início da década. Na prática, temos uma tendência de que os preços venham a se sustentar.

Falando em números, na atual safra, esperam-se 669 milhões de toneladas de produção mundialmente; 21 milhões de toneladas a mais do que a safra passada, que foi de 648 milhões de toneladas.

Em termos de consumo mundial de trigo, devemos aumentar em oito milhões, passando de 662 milhões de toneladas para 670 milhões de toneladas.

Devemos ter certo cuidado, porque estamos com alguns problemas em alguns países importantes produtores, como é o caso dos Estados Unidos e também na Europa. Há problemas de clima que afetam a produção lá. É importante monitorarmos a produção de trigo desses países, porque pode ter um reflexo na nossa produção e no preço no Brasil.



O mapa mostra os Estados Unidos. Da esquerda, é o trigo de primavera. Sessenta e oito por cento do trigo de primavera já foram plantados, enquanto que, na mesma época no ano passado, já havia 95% plantados.

No mapa da direita, temos o trigo de inverno. Setenta e sete por cento estão em condições de regular, ruim e péssimo, contra 35% na mesma época no ano passado. É importante ficar atento a essa situação, porque essa safra de inverno representa 70% da safra de trigo americano.

Em termos de União Europeia, já há um indicativo de quebra de 3 milhões de toneladas da safra europeia.

Com relação aos principais exportadores, temos os Estados Unidos, com 29 milhões de toneladas; o Canadá, em segundo lugar; a União Europeia, no seu conjunto, em terceiro; a Austrália e a Rússia na sequência.

Em termos dos principais importadores, queremos destacar que o Egito é o maior importador de trigo mundial. Na sequência, vem o Brasil, com 6,7 milhões de toneladas, ao longo dos últimos anos. Então, somos o segundo maior importador de trigo.

Aqui, um pequeno demonstrativo em relação às exportações e importações do Brasil. A evolução das exportações brasileiras de trigo:

De 2007 para cá, tivemos um crescimento significativo nas exportações de trigo por parte do Brasil. Em 2007, exportávamos 100 mil toneladas praticamente. Neste ano de 2011, ano civil, de janeiro a dezembro... Na verdade, em 2011, estamos com as informações de janeiro a março, já foram exportadas 1,963 milhão de toneladas de trigo. Quem mais exportou foi o Rio Grande do Sul, 70%, vindo a seguir o Estado do Paraná, com 25%, e Santa Catarina, com 5%.

Do lado das importações, normalmente, ao longo dos últimos anos, temos importado algo em torno de 6 milhões de toneladas, possivelmente tenhamos uma repetição desse volume importado em torno de 6 milhões de toneladas. Este ano, o Brasil já importou, de janeiro a abril, dois milhões de toneladas de trigo. Os Estados que mais importaram trigo foram: São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Na realidade, os maiores produtores de trigo são Paraná e Rio Grande do Sul e eles também importaram significativamente. Se fizermos a conta, 10% de 6 milhões são 600 mil toneladas. Portanto, o Rio Grande do Sul exportou bastante, mas também importou um volume significativo. O Paraná também importou e teve de exportar a produção nacional.

Aqui, algumas informações relativas aos principais destinos da exportação de trigo brasileira. Os principais compradores de trigo do Brasil, no último ano, foram: Egito, Líbia, Argélia e Marrocos. Esse mercado se mostrou bastante interessante, porque, com a frustração da safra da Rússia, esses países que eram grandes compradores daquele país passaram a comprar do Brasil. E



eles estão vindo novamente, estão sondando, e têm interesse em continuar a importar trigo do Brasil.

Os principais fornecedores, os principais países que vendem para o Brasil: Em 2010, de 6,32 milhões de toneladas importadas, vieram 3,6 milhões de toneladas da Argentina; 1,1 milhão de toneladas do Uruguai; e 600 mil toneladas, um pouco mais, do Paraguai. Então, o grande volume de trigo importado pelo Brasil vem dos parceiros do Mercosul.

Diante desse quadro, vimos que importamos muito, temos uma área plantada que vai reduzir, não produzimos o suficiente para atender a nossa demanda – produzimos 5,3 milhões de toneladas agora nesta safra, é a estimativa. Por que não conseguimos ser autossuficientes no País? Basicamente, os problemas que temos verificado estão relacionados à baixa liquidez. O que significa isso? Na época de produção, o produtor não tem facilidade de escoamento de venda de sua produção. Isso acontece basicamente porque a produção brasileira se concentra no Sul do Brasil, 90% são produzidos nos três Estados do Sul, justamente os Estados vizinhos dos três maiores fornecedores de trigo para o Brasil. Então, há uma concorrência grande e uma tendência de que haja uma importação de trigo desses países e até mesmo de farinha de trigo, que acaba competindo fortemente com a produção do Sul do Brasil.

Além disso, a nossa questão de logística é muito complexa, e nós temos um custo muito elevado para vender o trigo do Sul do Brasil para o resto do Brasil, principalmente Norte e Nordeste. Do Sul do Brasil, somos competitivos para vender para a própria Região Sul e para o Sudeste do Brasil e também para exportação. Por isso é que, quando temos uma safra significativa, temos problemas de liquidez.

O elevado custo de produção em relação à Argentina, mas a Argentina tem algumas vantagens que nós não temos. Eles têm um solo mais fértil do que o nosso, e todos os insumos deles são mais baratos do que os nossos. Então, o custo da produção deles, naqueles insumos que nós utilizamos, é mais baixo, pois eles pagam menos. E têm outras vantagens, como é o caso das máquinas agrícolas. O produtor brasileiro paga os impostos quando compra a máquina, e quando é exportada, a máquina é exportada sem impostos. Então lá ele compra a máquina brasileira mais barata do que nós compramos aqui.

O risco climático. O trigo é muito suscetível a risco climático, nós temos muitas situações de chuva na colheita e geadas, em alguns anos. Número insuficiente de navios para cabotagem, que seria uma alternativa de vender o produto do Sul para o Norte e o Nordeste, mas os navios são insuficientes e só pode fazer o transporte em navios de bandeira brasileira, que são poucos e nunca estão disponíveis no momento das negociações.

Escassez de recursos para comercialização e baixa efetividade de instrumentos de política agrícola que garante renda ao produtor de trigo. Autossuficiência vem se falando há muito tempo, desde 1946. Em 2008, quando



se assinou o Plano Quinquenal para o trigo, esperava-se que, em quatro ou cinco anos, pudesse chegar à autossuficiência. Mas hoje estamos com um consumo de 10,8 milhões de toneladas e uma produção de 5,3 milhões de toneladas.

A questão de qualidade foi criticada durante muito tempo. Nas últimas safras, a indústria tem reclamado, em algumas situações, da qualidade do trigo. Esse é o resultado das análises do trigo que foi comercializado, via PEP, no Paraná na última safra. Os resultados são excelentes. É trigo que supera a qualidade da Argentina e supera até a qualidade do trigo americano, naquele primeiro nível lá, acima de 220 de valor de força de glúten. Então 86% do trigo do Paraná têm acima de 220 de força de glúten.

Já em termos de fariname, que é outro parâmetro muito exigido pela indústria, acima de 250, que é um trigo excelente, 96% do trigo do Paraná tem essa característica. Então esse produto da última safra foi excelente. Logicamente em algumas situações houve algum problema, mas bem pontual.

Historicamente nós temos problemas quando chove na colheita e quando temos as geadas. Mas houve um bom avanço na questão da qualidade do trigo no âmbito nacional, principalmente no Sul do País.

Aqui do Rio Grande do Sul, a mesma coisa, o fariname médio 304, das análises feitas do produto que foi leiloadado via PEP, de excelente qualidade; e a força de glúten 225, como média, é muito bom.

Importância do trigo. O trigo na realidade ele tem uma característica que a única opção de cultivo ou a principal, a melhor alternativa de plantio no inverno. Então, na prática, o Paraná já tem uma parte, que é oeste e norte do Estado, que já encontrou uma alternativa que seria o milho de safrinha. Então ele consegue plantar milho de safrinha e ter um resultado bom com o milho de safrinha, que se está transformando hoje no Paraná... A maior safra de milho é a safra de inverno, no lugar do trigo. Mesmo no Paraná, metade do Estado praticamente não pode plantar milho de safrinha por causa do frio do inverno.

Então o trigo continua sendo a melhor alternativa de inverno para o Paraná. Ele ajuda a diluir custos fixos da propriedade; viabiliza o sistema de plantio direto, que faz certinho uma rotação de cultura, faz a cobertura, faz a palhada para proteger o solo; economia de insumos nas culturas de verão; viabiliza ainda a rotação das culturas com um manejo mais adequado do solo, reduzindo o risco de erosão e a proliferação de plantas invasoras; racionaliza o uso da estrutura de armazenamento. Então nós temos também condições de armazenar o trigo no inverno, porque, se não tivessem o trigo, os armazéns ficariam ociosos no inverno, e garantem o fornecimento de trigo à indústria, substituindo as importações.

Aqui é só um exercício. Basicamente foram consideradas aí duas propriedades que têm, no total, ocupados 100 hectares. Então a propriedade 1 é uma propriedade que simula um pouco o que acontece na região oeste do Estado do Paraná. Nós temos 70 hectares de soja, 25 de milho da primeira safra, 20 da



segunda safra e 35 de trigo. Então foi calculado o custo desta propriedade e também desta aqui sem o trigo, sem o trigo. Quando nós fomos ver o resultado, deu o seguinte: o milho neste sistema aqui, o milho da primeira safra teve uma redução de 6% do seu custo de produção, em relação a essa alternativa aqui, e a soja 9% de redução.

Aqui nós pegamos outra região, que seria uma região onde não se pode plantar o milho safrinha, que seria o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o sul do Paraná. Então nós fizemos uma simulação com trigo, 35 hectares de trigo, e aqui sem o trigo. Comparando o resultado, em termos de custos, o milho da 1ª safra caiu em 8,4% o custo. E no caso da soja, 12,2%. Quem mais se beneficia com o trigo é a própria soja. Se nós começarmos a inviabilizar o trigo, nós vamos ter problemas de viabilidade do próprio milho e da soja. É uma questão que significa mais do que só pensar em trigo. Vai refletir seriamente nas outras culturas de verão para a Região Sul do Brasil.

Em termos de importância social, existe uma importância social bastante efetiva na questão do plantio do trigo. A ocupação da força de trabalho durante o ano todo, no caso durante o inverno, aumenta a renda da família, melhora a arrecadação de tributos e gera uma segurança alimentar para todo o País.

Com relação à questão ambiental, o trigo também tem um papel importante. Nós já vimos o econômico, tem um papel econômico importante, o papel social e agora o ambiental. Atualmente, 90% das áreas plantadas no Paraná são pelo sistema de plantio direto. O trigo fornece ótima palhada e por isso é uma opção bastante usada. Reduz a erosão e melhora a qualidade do solo. Então tem essa questão ambiental muito importante. Esse é um exemplo de plantio direto.

Já indo para os finalmente da nossa palavra inicial, problemas que nós precisamos enfrentar para ajudar a resolver o problema da falta, enfim, de liquidez no mercado do trigo nacional. A primeira questão é que nós teríamos que trabalhar a questão de cabotagem, para que o Brasil possa ter condições de vender de forma competitiva com a Argentina, com o Uruguai e até com o Paraguai, no Norte e Nordeste do País. Não é admissível que a gente, estando mais perto do Norte e Nordeste brasileiro, não consiga competir com o custo do frete marítimo.

A questão das importações. Nessa questão das importações nós temos uma série de sugestões, de propostas e elas começam em relação aos três parceiros nossos do Mercosul, que são os grandes fornecedores de trigo para o Brasil.

A primeira ação que a gente acha que não é complexa de se fazer, mas que seria necessária, de imediato, seria suspender a autorização automática de importação de trigo em grão e da farinha de trigo e das outras origens também. Suspender a autorização automática. Isso não significa que não se vai importar. Vai ser feito um acompanhamento, um monitoramento, e quando o Governo



entender que está prejudicando a produção nacional, ele pode segurar um pouco essa importação.

Não permitir a importação de trigo e derivados – aqui seria basicamente trigo – durante os meses de comercialização da produção nacional. Então a ideia aqui seria não importar trigo no período de agosto até janeiro, quando da comercialização da nossa safra brasileira. Isso pode ser feito de várias formas. Nós tínhamos até pensado em colocar cotas de importação, mas a partir do momento em que você não importa ou tem a possibilidade de suspender a autorização automática, você pode controlar isso e atender pelo menos a Região Norte e Nordeste do Brasil. Isso porque lá, como nós não somos competitivos, aquela região tem que estar importando trigo de outras regiões, se nós não conseguirmos resolver o problema de frete.

E ainda temos uma sugestão com relação à TEC, que é a Tarifa Externa Comum do Mercosul. A sugestão é subir a TEC dos atuais 10% para 35%. Isso somente afetaria o Canadá e os Estados Unidos, aquelas 800 mil toneladas, mais ou menos, que nós vimos antes nos *slides*.

Aqui já é uma questão que envolve também a indústria: tarifa compensatória. Nós queremos ver da possibilidade de trabalhar a questão da farinha de trigo e das pré-misturas de farinhas importadas da Argentina, para que se estabeleça uma tarifa compensatória que anule a vantagem que é concedida na origem. E, além disso, a gente está propondo que, no caso específico das farinhas das pré-misturas, que se autorize uma cota de importação de apenas 200 mil toneladas por ano de farinha. Hoje importamos algo em torno de 600 mil toneladas aproximadamente, ao longo dos últimos anos.

Além disso, o produtor precisa ter uma garantia de renda produzindo trigo e essa garantia de renda poderia ser fornecida a partir da implementação de mecanismos mais consistentes de seguros, seguro de produção, que seria o seguro rural, e seguro de preço. Provavelmente poderia ser implementado um contrato de opção para o produtor aderir ao contrato de opção, garantindo um preço futuro.

A questão de pesquisa, nós precisamos evoluir ainda. Falamos que estamos bem na questão de qualidade, mas precisamos melhorar sempre e principalmente em produtividade, em variedades resistentes a perdas e prejuízos na época de colheita, com relação a chuvas e com relação a geadas também, uma tolerância a geadas.

Exportações. Nós estamos vendo que uma das saídas nossas é a exportação. Então nós temos que ter um programa nacional que incentive a exportação de trigo. Começamos acho que bem, a partir da safra passada, quando nós exportamos produto de boa qualidade. E houve boa receptividade pelos nossos novos clientes, pelos novos importadores de trigo. Então, nós temos que fomentar e fortalecer isso, porque vamos ter futuramente anos com preços



internacionais menores que os atuais e nós vamos ter que ter consistência nessa exportação.

E, finalmente, nós propomos aí a criação de um plano plurianual para que a gente tenha segurança e tenha uma visão, de médio e longo prazo, para a cadeia produtiva do trigo. Com esse plano plurianual, envolvendo toda essa cadeia produtiva, a gente entende que podemos ter um horizonte de planejamento estratégico futuro.

Então, seriam, basicamente, esses os pleitos nossos. Nós queremos nos colocar à disposição para mais perguntas, mais esclarecimentos relativos à questão trigo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu agradeço muito a exposição completa que fez o Sr. Flávio Turra, que representa aqui a nossa Ocepar do Paraná, do sistema OCB.

E queria, antes de tudo, anunciar a presença do Dr. José Maria dos Anjos, que, como nós antecipamos, estava chegando. Já está participando da Mesa. Ele é Diretor do Departamento de Comercialização, Abastecimento Agrícola e Pecuária, Mapa.

Eu vou pedir, diretor, para que possamos expor também a posição da área do arroz e também da Fetag. E, depois, então o senhor complementa, porque aí é uma visão global de governo nas políticas das duas áreas: a questão do trigo e a questão do arroz, que é o tema do nosso ciclo de debates aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também. É o nono ciclo de debates.

Eu queria renovar também o convite para os nossos internautas, para a participação com perguntas, para qualquer um dos expositores pela Internet. O endereço é www.senado.gov.br/alosenado. Pelo *Twitter*: @alosenado. Ou por telefone: 0800-61-2211. Pode ser uma ligação por telefone fixo, celular ou mesmo um telefone público. Essa ligação é inteiramente gratuita. A participação dos nossos telespectadores que acompanham esse programa é muito importante para dar uma dinâmica melhor à compreensão a esse problema.

Convido agora para fazer uso da palavra o Dr. Francisco Schardong, que é Presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Boa-tarde, senhores telespectadores. Uma saudação muito especial à Senadora Ana Amélia, presidindo nesta tarde a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

E, desde já, eu agradeço o convite pela oportunidade que nós vamos ter nesta tarde de mostrar o momento difícil que passa a lavoura rizícola não do Rio Grande do Sul, mas também do próprio Brasil, pelas consequências que aqui vão ser mostradas.

Ao meu companheiro da Fetag, o Moacir Langer; também ao companheiro da Ocepar do Paraná, o Flávio Turra; e ainda ao nosso conhecido, de longa data, José Maria, que é da Secretaria de Política Agrícola.



E quando se fala que, hoje, a cadeia produtiva do arroz está passando uma situação difícil, uma situação aguda, nós temos que ver principalmente os números, quando iniciamos esse problema. No início do ano, como já tínhamos um estoque de passagem do ano passado, que já teve uma boa produção, e no ano de 2011 que terminamos a colheita já, nós tivemos uma produção de praticamente 13,9 milhões de toneladas, de acordo com os números da Conab – me passaram ontem –, mais um estoque de passagem que nós tínhamos dentro de casa 1,635 milhão, com uma importação de 700 mil toneladas, nós criamos um suprimento de 16,238 milhões de toneladas. Isso que nós tínhamos e temos para o nosso consumo e para as exportações.

Nós estamos com um consumo previsto de 12,8, e o consumo de uma maneira geral no Brasil ele vem caindo, e de uma exportação de 900 mil toneladas. Isso nos dá para o final de 2011, nós vamos ficar com um estoque de passagem de 2,538 milhões toneladas.

E se nós olharmos para o outro lado em termos de Mercosul também, com sua produção, a sua importação e a sua exportação, e somando aquilo que vai ser o estoque de passagem do Mercosul juntos, nós vamos ficar no ano de 2012 com 3,385 milhões de toneladas, que vamos iniciar o ano de 2012. Então, isso nos assusta num primeiro momento, porque se, em 2011, com os problemas que nós tivemos e nós vamos iniciar 2012 com 3 milhões e 385 mil de toneladas, realmente para nós é um problema mais adiante.

E se nós olharmos o contexto, e quando a gente fala que realmente a cadeia produtiva do arroz está doente, logo, num primeiro momento, a gente vê quais são aqueles sintomas principais dessa doença. Nós podemos enumerar três: em primeiro lugar, o Mercosul, a queda do consumo e a tributação.

E se nós olharmos também para a produção dos nossos países vizinhos, o Uruguai, por exemplo, tem uma produção de 1 milhão e 321 mil toneladas e exporta 1 milhão e 214 mil t. Praticamente, não fica nada dentro do... A Argentina produz 1 milhão e 750 mil toneladas e exporta 923 mil toneladas. E o Paraguai de 250 que produz, ele exporta 223.

Então, nós vimos que, realmente, o Mercosul tem sido uma madrasta para o setor rizícola. E assim como o trigo, que o companheiro Turra descreveu há pouco, são muito semelhantes os problemas da cadeia do arroz e da cadeia do trigo. E num primeiro momento, nós podemos traçar um paralelo e já termos algumas respostas: de que, lamentavelmente, o Sul do País, em produtos como leite, trigo, arroz e vinho, que são moeda de troca daqueles outros produtos industrializados do resto do País, do Paraná para cima, que sobe em termos de exportação para o Mercosul. E hoje com uma balança comercial favorável ao Brasil de quase 45%, positivo para o lado do Brasil, então isso nos leva a crer que, realmente, nós somos aqueles que têm que manter esse comércio de livre exportação do Mercosul, pagando tributos com produtos como o arroz, o trigo, o leite e o próprio vinho.



Então, esta palestra aqui, como o problema do Mercosul... E há pouco foi feito um protesto no Rio Grande do Sul sobre essa cadeia... E fechou a ponte de Uruguaiana, principalmente, mostrando que não tem condições de nós competirmos com o arroz do Mercosul em função dos custos de ambos os lados.

Então, eu trouxe um trabalho mais ou menos, Senadora, dentro daquilo que hoje nos aflige mais, que é o Mercosul. Nós vamos ver alguma coisa de tributação e consumo. Mas é bom que o Brasil todo fique sabendo o que representa hoje plantar um hectare de arroz dentro do Mercosul e um hectare de arroz no Brasil. Por isso, eu pediria... Aos poucos nós vamos... Por favor...

A produção mundial de arroz, aqui em arroz branqueado, arroz beneficiado, você vê que o Brasil hoje, em 2011, está com 9 milhões, 450 mil t. Dentro do contexto mundial, pode-se considerar que o Brasil é o maior produtor do mundo, fora da Ásia. O mundo aumentou a produção em 2,6% em 2011. Para 2012, a projeção é de aumento de 1,4%.

Agora, nós vamos ver o consumo mundial de arroz. O Brasil, no ano de 2011, está consumindo 8 milhões e 400 mil de toneladas. O Brasil é o maior consumidor do mundo, fora da Ásia. O mundo aumentou o consumo em 2,4% em 2011. Para 2012, a projeção de aumento de consumo do mundo é 2,3%.

Consumo mundial de arroz: qual o tamanho do mercado competitivo? Fora da Ásia, o mercado de 55 milhões e 700 mil de toneladas de arroz beneficiado, base e casca são 82 milhões. Isso equivale a 10 vezes a safra gaúcha, que este ano foi em torno de 8 milhões, 700 mil toneladas.

Apesar de haver uma grande concentração de produção na Ásia, há grandes oportunidades fora dela, mas para países competitivos. Participamos de forma modesta desse mercado por que o preço no mercado internacional, geralmente, é relativamente baixo. Fora da Ásia, há uma importação de 20 milhões e 57 mil de toneladas de arroz beneficiado.

Duas perguntas-chave: Se a maioria dos outros países o preço serve, o problema está nos outros países ou no Brasil? Se tivéssemos custos que permitissem concorrer no mercado global, encontraríamos mercado.

Hoje, em termos de exportação até abril, nós, em 2009, tivemos nesse mesmo período, 205 mil; em 2010, 120 mil e hoje nós já exportamos 240 mil e 837 toneladas. Mas, diga-se passagem, que, em 2009, foi um ano onde nós exportamos para cinco continentes e 56 países, o nosso arroz de qualidade. O mundo conheceu a nossa qualidade, em função do câmbio. Em 2010, nós tivemos uma diminuição e também hoje estamos mandando não o arroz da qualidade que mandamos em 2009, porque hoje sai muito arroz quebrado, de baixa qualidade e não é aquilo que desejamos ter como produto de exportação, que seria uma maneira de diminuirmos os nossos estoques.

Aqui é mais ou menos o que vamos ter na América do Sul em oferta e demanda de arroz descascado o que vamos ter para quase dois milhões e cinquenta e oito mil toneladas que vai ser o que teremos a oferecer. Isso também



nos preocupa bastante porque cada vez mais os nossos estoques são altos e os compradores são menores, em função da situação do câmbio, principalmente de câmbio artificial.

Aqui é importante se dizer que na Argentina, em 2010 e 2011, o que foi produzido. A produção da Argentina foi um milhão, oitocentos e sete e no Brasil esse número está um pouco atrasado e hoje é treze e novecentos; o Paraguai duzentos e quarenta e nove; e o Uruguai um milhão, quatrocentos e vinte e oito. Então, vamos ficar com o estoque do Mercosul um pouco maior mas é quase dois milhões e meio de estoque no final do Mercosul, somado ao estoque do Brasil, que dá um final de dois e quinhentos, em números novos. Isso nos preocupa bastante, vamos enfrentar o ano, iniciando o ano de 2012, dentro do Mercosul, com dois milhões e quinhentas mil toneladas.

Aqui começa agora a competitividade e eficiência dentro da porteira, da porteira para dentro das nossas lavouras em nossas propriedades. Nós fizemos um comparativo de produtividade e o Brasil, com o arroz irrigado do Rio Grande do Sul, é o primeiro lugar no mundo em produtividade por hectare. Utilizando os mesmos insumos, não há no Planeta produção mais eficiente que a do Rio Grande do Sul. Como os senhores poder verificar, depois vem Uruguai, Paraguai, Argentina, Estados Unidos, Tailândia e Vietnã. Os senhores podem ver a competitividade e a competência do produtor de arroz brasileiro.

Então, nós vamos ver a competitividade internacional da lavoura de arroz. Então, no Rio Grande do Sul, o custo de produção de um hectare dá US\$2.200, e isso aí para produzir 7.600 quilos, como os senhores viram. O custo por tonelada do produto sai a 289. No Uruguai, esse mesmo plantio, os mesmos insumos, da mesma maneira plantado, tem um custo de US\$1450 para produzir 7.200 quilos e um custo por tonelada de produto a 201. Então, já no Uruguai, temos um custo de produção do Brasil menor que 30%. Assim, nós vimos no Paraguai dar 19%; na Argentina 27% menos que o custo de produção do Brasil; nos Estados Unidos 38% menor do que no Brasil; na Tailândia 38% menor do que no Brasil; e no Vietnã 55%.

Para termos competitividade, concorreremos pelos 20 milhões de toneladas que o mundo importa, fora a Ásia, precisamos tirar 32% de peso morto das costas do rizicultor. Nossa meta deve ser US\$1500 para participar do mercado externo. Os preços de julho de 2010 eram 2700 hectares, com 17,76 por um saco de 50 quilos.

Como tirar os 32% ou mais de incompetência das costas dos arrozeiros? Livre mercado, que é o grande problema que temos hoje, porque se a indústria busca o produto fora do País, busca no Mercosul com preços bem menores que os nossos, nós queremos também ter oportunidade; o produtor, dentro de um livre mercado, também dele buscar os seus insumos onde ele quiser comprar. Então, essa parceria não está tendo ônus nem bônus, porque é uma parceria que só favorece a indústria, como os senhores vão ver logo a seguir.



Livre mercado. Indústrias brasileiras podem comprar arroz no Mercosul com alíquotas de ICM até zero enquanto que a tarifa interestadual, no caso específico do Rio Grande do Sul, é 12%. Isso é legítimo? Sim, é legítimo. Ninguém deve ser obrigado a comprar produto quem não quer. Nossas indústrias são livres e devem continuar livres para comprarem de quem bem desejarem. O que está errado nessa história é que o livre comércio não vale para produtores rurais e isso está criando uma reserva de mercado. Se a indústria pode comprar arroz de quem bem desejar, os produtores rurais devem comprar insumos de quem bem desejarem também. Então, nós queremos uma assimetria no Mercosul, porque se o Mercosul produz com os preços que vende para a indústria, competindo com o preço e detonando o preço nacional do arroz, queremos ter as mesmas condições de comprar os mesmos insumos dele, o óleo diesel a R\$1,00 e aqui nós estamos trabalhando R\$2,20 e lá é R\$1,00 o litro. Então, são pontos que queremos que haja abertura de mercado.

Aqui para os senhores terem uma ideia, essa colheitadeira John Deere, que é produzida em Horizontina, e até os senhores estão vendo que estão trancadas na Argentina na lista de exceção da Presidente da Argentina; os tratores e as colheitadeiras têm 2.500 tratores e 400 máquinas presas na Aduana argentina. E essa máquina é uma das que está presa lá. Ela é produzida em Horizontina e custa na Argentina, em termos de reais, R\$243mil. Se formos comprar no Rio Grande do Sul, na fábrica no Rio Grande do Sul, R\$311.500,00. Então, os senhores podem ver que o mesmo trator na Argentina custa R\$55 mil, no Brasil custa R\$79 mil; um trator de 82 na Argentina custa 112 no Brasil. Se entrarmos na parte dos agroquímicos, nós vamos ver que também há diferença. Esse talvez seja o grande problema que temos hoje no arroz. A indústria brasileira está buscando o arroz na Argentina, Uruguai, Paraguai em detrimento do nosso em função desses custos de produção. O que a gente busca? É ter acesso à compra desses insumos para podermos disputar mercados – e esse é o grande problema da lavoura rizícola, hoje, em função do Mercosul.

Aqui o RSU é uma lavoura para o nível do Rio Grande e aqui uma lavoura com o mesmo produtor, se for plantar na Argentina. Então, aqui em operação com avião, aluguel de máquinas, mão de obra, mão de obra fixa, sementes, agrotóxicos, despesa administrativa. Então, aqui uma lavoura no Rio Grande do Sul teve um custo de R\$2.210; se o mesmo agricultor for plantar tanto no Uruguai quanto na Argentina ele vai ter um custo de R\$1635.

Estão achando ruim fechar a ponte? Então, vamos abri-la de verdade.

Então, a discrepância de preços é muito grande entre plantar no Mercosul e plantar no Brasil.

Tributação. Vou falar alguma coisa em termos de tributação que também é importante, não só os tributos do Brasil, mas também os tributos do Mercosul.



No Rio Grande do Sul, as colheitadeiras têm um peso de 17% de tributos; equipamentos de irrigação 17%; sementes 0%; fertilizantes 12%; defensivos 17%; equipamentos de secagem 17%; energia elétrica 12%; óleo diesel 12%; impacto sobre o custo total 7,66%, que está dentro da composição do custo de produção.

O Uruguai, por exemplo, tem só o imposto de 25% sobre o lucro. O produto final paga 25%. Fertilizantes 0%, defensivos 0% e o serviço reintegrado, porque o Uruguai tem um imposto chamado reintegra. Vejam a diferença de impostos o que paga um e o que não paga outro.

Então, a tributação que temos aqui. Carga tributária sobre custo de produção, custo de produção o que temos de impostos, porque estão todos os impostos, inclusive o Funrural, que está com o valor de 3,97 quando é 2,3, mas é 3,97, porque aqui o Funrural já incide sobre o produto beneficiado e recebe duas vezes. Então, são 24,88 de impostos que correspondem, dentro da produção de arroz no custo de produção tributária sobre o custo de produção, a decisão brasileira que é comum se encontrar. Se o Brasil seguisse a tendência, nosso custo cairia para os valores da última safra, 1660 por tonelada, próximo da meta que nós queríamos, que era de US\$1500 por tonelada.

Aqui só para os senhores saberem, impostos federais 53%, estaduais 6% e municipais 41%.

Então, isso gera uma arrecadação que hoje, no custo de produção da lavoura rizícola, só no Rio Grande, o Governo arrecada 1.046.473 bilhão.

Sobre o produto, também temos uma arrecadação que hoje, ao final, ao preço de dezembro, dá quase 14,83. Disso, no Rio Grande do Sul, arrecadaram 422 milhões sobre o arroz, valores de dezembro. No Brasil, vamos chegar a quase 500 milhões.

Nos últimos dez anos, o crescimento real da arrecadação foi de 14,83 e, nos últimos dez anos, os ganhos dos arrozeiros cresceram 14,83.

Aqui, a tributação sobre o produto é um pouco... De modo geral, o produtor é 35%, a indústria é com 25%, já positivo, e o atacado com 18%, da arrecadação toda em cima do produto arroz.

A estimativa de arrecadação de custo de produção: é 1 bilhão o custo de produção, 422 milhões sobre o produto e tributação total, que é a soma. Dá 1 bilhão e 469 milhões, porque tem um diferencial. O PIB do arroz é de 8,7 – PIB de 2003, atualizado pelo IGP de dezembro de 2010. Logo, a carga tributária é de 17% sobre o produto, ainda a tributação sobre os produtores. São dados mais antigos, porque nunca temos dados do momento.

Do total arrecadado do ICMS, ele gera 4%. E justo que um produto, entre milhares produzidos no Rio Grande do Sul, seja responsável por todo esse percentual? Para o Governo, 1,5 bilhão. Os produtores geram essa renda para si.

Da logística, vou falar alguma coisa também. Hoje, da importação que está vindo – vou dar um dado de 2010, quando entrou 1 milhão e 45 mil



toneladas, do Mercosul para o Brasil –, 78% desse 1 milhão e 45 mil toneladas já vieram beneficiados. É um arroz que não veio em casca. Foi a indústria do Mercosul que o beneficiou, ele foi mandado pronto. Então, as indústrias brasileiras perderam ao não agregar valor em cima de um arroz com casca. Pelo Rio Grande do Sul, entraram apenas 17%. O que acontece aqui e está acontecendo este ano? Os industriais compram o produto no Mercosul e, para não passar pelo Brasil em função de uma série de taxas e de impostos que tem o arroz, os navios estão largando o produto direto nos portos do Norte e Nordeste, a zero de imposto. Então, um produto do Mercosul chega aos portos a zero e, dali, vem descendo, praticamente vindo quase até Minas Gerais. Como aqueles compradores eram do Rio Grande do Sul, que sempre se abasteciam nas indústrias gaúchas nas épocas que precisavam, nas entressafras, hoje, praticamente, não estamos vendendo arroz, porque eles estão sendo abastecidos por navios com taxas de cabotagem que são praticamente a metade das taxas cobradas no Brasil.

Então, há mais esse diferencial também que vem contra a cadeia produtiva do arroz, que é essa venda direta do arroz do Mercosul, colocado no Norte e no Nordeste do País, com zero de impostos. Eles não pagam nada. Chegam lá sem nada e, aí, são distribuídos dentro das redes dos grandes supermercados do Norte e Nordeste.

Só um exemplo aqui. Uma exportação para o Porto de Hamburgo é, no Uruguai, 59,50; na Argentina, 61,20; e, no Rio Grande do Sul, 66,30 e tínhamos um acréscimo, porque, em 2009, nós mandamos o arroz exportado em container, pois era um arroz também já beneficiado – dava uma diferença de quase 0,53 por saco.

O importante é observar que, embora talvez muitos digam: “Não, mas, até o momento, o que o Brasil importou não é uma quantidade muito grande”, o arroz hoje do Mercosul trabalha como um indexador. Se hoje as indústrias do Rio Grande do Sul pagam em torno de R\$19,00, R\$18,00 pelo arroz do Mercosul colocado aqui, no território brasileiro, quando o produtor vai vender na indústria, a indústria usa esse arroz como indexador: “Olha, eu não posso pagar os R\$ 20,00 ou R\$21,00 que está pedindo, porque, no momento, estamos recebendo arroz do Uruguai a R\$19,00 aqui, dentro da minha indústria”. Então, aquilo serve como um parâmetro.

Hoje, por incrível que pareça, temos um paradoxo – os telespectadores que estão ouvindo, muitas vezes, são pessoas da zona urbana que custam a entender essas coisas –: o Brasil, este ano, com uma superprodução, praticamente um recorde, e nós hoje estamos negociando o arroz a R\$19,00 a saca, quando o preço mínimo, amparado numa política de preços mínimos do Brasil, é R\$25,80 e o nosso custo de produção está em torno de R\$29,00. Então, por mais paradoxal que possa parecer, hoje nós brigamos por um preço mínimo de R\$25,80, ainda que nós desembolsemos R\$29,00 por saca para produzir. Então, Senadora, essa é uma equação difícil de resolver e, na situação



em que estamos hoje, a comercialização está praticamente paralisada, porque, quando as pessoas vão fazer a sua negociação, vêem-se diante de preços tão irrisórios que não têm condições de aceitá-los. Inclusive, com o recibo de depósito do arroz hoje a R\$18,00, praticamente não têm como enfrentar o mercado, principalmente os agentes financeiros.

Essa situação do arroz é uma situação muito delicada, ainda que, num primeiro momento, tenha sido atendida pelo governo – tanto o Estadual, do Rio Grande do Sul, quanto o próprio Governo Federal. Ocorre que todas as ferramentas comerciais que o Governo Federal ofereceu não puderam produzir o choque de gestão necessário para mexer no preço em comercialização. Foram ferramentas importantes, como a própria AGF, mas que não puderam ser usadas por falta de armazéns credenciados na Conab. Então, foi um entrave a isso aí. O mesmo pode ser dito em relação ao PEP, Prêmio de Escoamento de Produção – para exportar hoje, a indústria recebe um bônus do governo entre R\$6,80 e R\$7,30. Além disso, os mercados mundiais hoje também estão difíceis; com o próprio aporte dessa bonificação, ainda é difícil para nós buscar novos mercados.

Então, é uma equação difícil que tem de ser resolvida no curto prazo, porque lá adiante nós temos os nossos custos bancários para serem pagos, e a lavoura de arroz já tem um passado financeiro bastante pesado.

Tudo isso está criando uma aflição no Brasil, e vocês estão vendo os protestos em pontes todos os dias nos grandes Municípios arrozeiros.

Essa é a contribuição que nós temos e estamos abertos a qualquer questionamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço a exposição feita, com clareza, pelo Dr. Francisco Schardong, que preside a Câmara Setorial Nacional do Arroz e apresentou esse retrato, esse panorama.

Renovo o convite de participação aos nossos internautas que acompanham este debate sobre a comercialização de dois produtos básicos no cardápio dos brasileiros. Quem não tem o pãozinho no café da manhã, o pão francês? Em cada cidade ele tem uma designação, não é, Flávio? O mesmo se pode dizer do arroz, que está no cardápio de todos dos brasileiros. Então, o tema é de interesse local.

Logo nós vamos falar sobre a questão do impacto, se o preço está mudando para o consumidor, mas eu gostaria de renovar o convite para os nossos internautas. Perguntas podem ser enviadas pela Internet, acessando www.senado.gov.br/alosenado. No *Twitter*: @alosenado. Via telefone, a ligação é gratuita e pode ser feita de um telefone público, de um telefone fixo ou mesmo do seu telefone celular. O número é 0-800-61-2211. Então, você está convidado a participar deste debate em que tratamos do arroz e do trigo.

Passo a palavra, agora, ao Márcio Langer, que é assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, que tem o mesmo tempo à sua disposição. Para concluir, teremos o Dr. José Maria dos



Anjos, que é do Mapa e vem trazer a posição do governo a respeito desse tema tão importante para a economia brasileira.

Com a palavra, o Sr. Márcio Langer.

O SR. MÁRCIO LANGER – Boa-tarde, Senadora Ana Amélia. Cumprimento também o Francisco Schardong, o Flávio Turra e também o Zé Maria, do Mapa, e todo o pessoal que está nos assistindo.

Após a brilhante apresentação que já foi posta, vamos complementar algumas das informações que são de interesse de toda a cadeia produtiva, tanto do arroz quanto do trigo. São informações que podem servir para os telespectadores que estão em casa tirarem dúvidas quanto à situação que esses setores estão vivendo.

Nós temos, no Rio grande do Sul, dos 496 municípios, em torno de 143 Municípios que atuam muito fortemente na área do arroz – começando na área do arroz – e 60% desses produtores são arrendatários, são pessoas que não têm terras próprias e buscam, no arrendamento, produzir um dos alimentos básicos no dia a dia das nossas propriedades. E desses produtores, 60% são agricultores familiares. Então, nós temos um contingente muito grande desse público atuando nesse setor.

Com a área plantada que nós temos, uma das bênçãos que tivemos da natureza este ano foi uma belíssima produção, mas o nosso produtor está pagando um preço caro pela sua eficiência. A nossa média estava fechando em mais de 7,8 mil quilos por hectare, o que é muito bom em termos de produção. O produtor está fazendo a sua parte, trabalhando para superar os recordes de produção que são anunciados dia a dia na imprensa. Isso, para a sociedade, é muito bom, mas isso está vindo a prejuízo do agricultor neste momento.

Como o Schardong muito bem colocou, essa questão das importações é muito preocupante pelo seguinte: o agricultor familiar é a primeira a sentir o impacto desse processo. Apesar de o volume não ser tão grande assim, o impacto de um milhão de toneladas de arroz é muito forte na nossa economia sob o ponto de vista que o Schardong colocou, porque ele puxa muito para baixo o preço em função da diferença dos custos de produção. Então, o pessoal prefere comprar lá fora a comprar o arroz dos nossos produtores, e isso gera uma dificuldade muito, muito grande.

Nós tivemos uma série de anúncios por parte do Governo Federal. De AGF, R\$185 milhões – o pessoal do Mapa depois pode nos corrigir se as informações não estiverem corretas –, que seriam suficientes para atender um volume de 360 mil toneladas. Nós temos para o PEP, Prêmio de Escoamento de Produção, o anúncio de R\$128 milhões. Nós temos previsto um milhão de toneladas para serem escoadas, e esse mecanismo está ajudando a escoar esse produto, principalmente no Rio Grande do Sul. É uma ferramenta importante, mas, no sentir dos agricultores, ela não está funcionando da maneira que deveria funcionar.



Então, o preço mínimo é de R\$25,80, que é balizado pelos editais, só que, muitas vezes, o agricultor não recebe efetivamente esse recurso. Isso muitas vezes dificulta que a política pública possa, de fato, surtir o efeito que era esperado.

Tivemos também uma prorrogação dos EGFs, em torno de R\$360 milhões. Temos contratos anunciados de opções públicas – saiu no edital – no valor de R\$300 milhões, que dariam para escoar 500 mil toneladas. E também esperamos os contratos e opções privadas. Juntando todos esses anúncios, nós teríamos em torno de R\$1 milhão de recursos, o que daria para trabalhar com 2,3 ou 2,4 milhões de toneladas, tendo em vista que temos, só no Rio Grande do Sul, algo entre 8 e 9 milhões de toneladas. Ainda são recursos insuficientes para nós atendermos a demanda que é necessária em função da dificuldade do momento.

O Schardong já colocou o custo de produção. Aí nós temos 34% dos agricultores em nível de Brasil, que são agricultores que produzem arroz – no Rio Grande do Sul, 25% a 30% do total da produção.

E há questão do custo de produção fixado pela Conab, que é o nosso órgão regulador de mercado, em R\$27,52; e do Igra, como o Schardong já colocou, em R\$29,00. Aí, com o preço mínimo fixado em R\$ 25,80, todas as políticas de sustentação (PEP, AGF) são balizadas nos preços mínimos – no caso do arroz, em R\$25,80. Aí, como já há essa diferença no custo de produção, gera... Ele ajuda, mas falta muito ainda para que possamos corrigir isso, para que realmente a política pública como um todo venha a contento desse processo.

O Schardong colocou o custo de produção. Em Cachoeira do Sul, que é uma área mais central, predomina a agricultura familiar. O custo de produção é R\$2.736 mil, da Conab, sem os custos de depreciação; e R\$3.581 mil com o custo de depreciação.

Aí nós temos um agravante nesse processo: somente 30% dos nossos agricultores financiam. Por quê? Nós temos um valor básico de custeio, que é aquele recurso que o banco libera para o agricultor fazer a sua lavoura, que fica, para a agricultura familiar, entre R\$1,7 mil a R\$2,2 mil, para fazer um hectare, fazer implantação dessa cultura, porque, na verdade, quando temos um custo de produção, sem depreciação de R\$2,7 mil.

Então, só aí, a conta já começa a ficar complicada para fechar. É isso que o Schardong colocou, porque essa conta fica na cooperativa, na indústria que financia, sem contar empréstimos particulares e recursos próprios, que não têm o amparo de Proagro, de PGPAF, Programa de Garantia da Empresa da Agricultura Familiar, ajudando na questão do financiamento. Porém, para o que não está financiado o agricultor não tem esse amparo. Em se sabendo que 60% são agricultores familiares, essa política precisa ser melhorada, para que possamos ter mais segurança, do ponto de vista de implantação dessa cultura.

Temos também, na questão do trigo, um processo bastante similar: se analisarmos como se encontra a situação, porque na explanação colocada em



primeiro plano sobre a questão do trigo, nós tivemos um custo levantado pela Fecoagro, que é a estimativa atual, baseada em 40 sacas por hectare, de R\$1.373,57, com depreciação e sem depreciação de R\$911,07. A Conab tem um custo produção levantado de 35 sacas por hectare de R\$1.182,97.

Quanto à fixação de preço mínimo, que aconteceu há poucos dias, temos, para o Rio Grande do Sul, o trigo brando sendo fixado em R\$23,81, o trigo pão, 26,62%; e o trigo melhorador, com R\$29,97.

Bem, no Rio Grande do Sul, temos um agravante. Em anos anteriores, plantava-se mais trigo brando do que trigo pão. Essa lógica se inverteu: planta-se mais trigo pão. Por esses fatores que já foram colocados na primeira explanação, só que o preço mínimo, para nós, quanto à referência de PGPAF e tudo o mais, as políticas que estão relacionadas são baseadas, no mínimo, no custo do preço mínimo que está fixado com o do preço do pão.

Hoje, essa realidade não condiz mais com o que está praticado. Aí temos o mesmo problema do valor básico do VBC, que hoje gira, para a agricultura familiar, em torno de R\$800,00. Se nós temos, segundo a Conab, de R\$1.182,00, normalmente é fácil perceber que essas contas têm enorme dificuldade de serem fechadas.

Então, as dificuldades são muitas vezes grandes dentro desses setores. Aí, os produtos essenciais da cesta básica, como o arroz, o trigo, que é o pão nosso de cada dia, e também o leite, que tem essa concorrência, muitas vezes, desleal do Mercosul, faz com que os agricultores familiares sejam os primeiros a sentirem o impacto, quando as coisas começam a vir com dificuldades.

Esperamos o arroz. Se isso está acontecendo, estamos plantando o trigo. E há essa preocupação de nós termos problemas. No ano passado, até que a comercialização foi bastante razoável. Conseguiu-se colocar, só que a preocupação está novamente à frente. Esperamos que, no leite, todo esse processo de Mercosul não venha novamente a derrubar o preço, que gera grandes prejuízos, tendo em vista que temos uma situação de bastante dificuldade, em termos de agricultura familiar, no sentido de honrarmos os contratos feitos no agente financeiro, esperando as receitas de produção de arroz, de trigo, de leite principalmente e de outros produtos mais.

Alguns reagiram, mas com relação a esses produtos centrais, como arroz, trigo e leite, a preocupação é muito grande, em função das questões do Mercosul.

Por ora, eram essas as considerações, em termos de complementação, tendo em vista a excelente explanação já feita anteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS.) – Muito obrigada, Márcio, pela sua exposição sobre o outro ângulo da produção de arroz, com ênfase no dilema em que vivem os agricultores familiares, pela circunstância de que 60% desses produtores, no Rio Grande do Sul, trabalham em terras arrendadas, o que aumentam os problemas.



O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Permita-me, Senadora, só para concluir?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS.) – Pois não.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Acho importante a situação do arroz, porque aqui temos os representantes do pequeno, do médio e do grande produtor. Então, não é apenas uma situação de um setor. A prova maior da situação, hoje, é que estamos trabalhando juntos – a Fetag e a Farsul – nessa questão do arroz. Então, é que, realmente, um lado, fez o seu tema de casa, e o outro lado ainda está faltando concluir o tema de casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, então, agradecer essa abordagem, aguardo o lado do produtor, renovando o convite para os nossos internautas, que acompanham e têm interesse nesse tema, para que possam fazer perguntas aos expositores pela Internet www.senado.gov.br/alosenado; pelo *Twitter*: @alosenado; ou pelo telefone, a ligação é gratuita, 0800-61-2211, pode ser por telefone fixo, celular ou por telefone público, lembrando que essa ligação é gratuita.

Convido, agora, então, para finalizar a sessão dos depoimentos e exposições sobre o tema o Dr. José Maria dos Anjos, que representa, aqui, o Ministério da Agricultura.

Com a palavra o Dr. José Maria.

O DR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Boa-tarde. Quero agradecer a Exmª Srª Senadora Ana Amélia pelo convite, cumprimentar o Flávio, da Ocepar, que é nosso companheiro de longa data, o Schardong também, que é o Presidente da Câmara Setorial, e o Moacir, da Fetag.

Bom, eu trouxe uma exposição, mas não vou me ater muito a ela, porque já foram muito claros e abertos os temas. Eu gostaria só de dizer que, realmente, têm razão quando dizem que o Rio Grande do Sul convive com um problema muito grave, que é a questão do Mercosul, que é a falta de harmonização dos custos em nível de Mercosul. É um tema que não está afeto só ao Ministério da Agricultura, portanto, ele tem...

(Fala fora do microfone)

O DR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Exatamente.

Então, depende da Camex, portanto, não vou me ater muito a esse assunto. Vou colocar mais temas que têm uma ligação mais direta com o Ministério da Agricultura.

Vou passar essa apresentação mais para mostrar os gráficos e mostrar o que o Governo já fez em termos de apoio à comercialização.

Pode passar.

Não vou falar sobre isso, porque o Flávio Turra colocou bem, que é a questão da oferta e demanda em nível mundial.

Aí, vou fazer um comentário, porque se observa que o preço do trigo em Kansas está extremamente elevado. Se observarmos, tivemos um preço mais



alto aqui em 2008, quando ocorreu aquela crise em que dispararam os preços em Chicago de todos os produtos, mas, praticamente, no caso do trigo, o patamar de preço está muito parecido, ou seja, temos uma situação em termos de preço no mercado externo extremamente favorável, e isso vale para quase todos os produtos, exceto para o arroz, vale para a soja, vale para milho, vale para trigo, vale para algodão, está certo? Então, o que se observa aqui é que o preço do trigo, e vale para os outros produtos, mudou de patamar de preços, e isso tem sido uma discussão em nível mundial, e vai ter uma reunião agora, do G20, porque a grande discussão é esta, ou seja, o mundo está demandando alimentos, os preços estão aumentando e só tem um jeito, no meu modo de entender, de resolver o problema, que é aumentar a oferta, não tem outra forma.

Aí é a Argentina. Não vou passar também, vou mostrar só o gráfico. Por favor, o próximo.

Então, é a Argentina, a mesma coisa. Como a Argentina é tomadora de preços, então, temos, aqui, a cotação na Argentina, num patamar que segue Chicago, Kansas City.

Por favor.

E, aí, o Brasil que vou passar também muito rápido, para mostrar os preços. Então, olha aqui, essa linha azul é o preço no Rio Grande do Sul, e a linha, a linha, não, vou colocar aqui essa curva, é o preço mínimo no Paraná, aqui é para trigo tipo 1, e, aqui, é para trigo tipo 2. E a linha azul é o preço de mercado do produto no Rio Grande do Sul; a linha laranja é o preço de mercado, hoje, do trigo no Paraná.

Já foi falado também, mas vou mostrar aqui, as importações e exportações, o Flávio já botou esse número, ou seja, o Brasil vem exportando bastante trigo nos últimos anos.

Aqui, por mês, mas não vou tocar.

E, aqui, o que o Governo tem feito. O Governo, a despeito das reclamações, tem feito um grande esforço para apoiar a comercialização do produto. Então, temos do lado da política agrícola financiamento para o produtor plantar, que é o custeio, e que não tem faltado dinheiro, a taxa de juro controlada a 6,75, no caso da agricultura empresarial, e taxas mais baratas na agricultura familiar. E temos, também, os programas de investimento que têm recursos para o produtor fazer os investimentos que são necessários, tanto para a compra de máquina, para irrigação e para qualquer outra atividade em que ele queira fazer investimento, construir armazém e assim por diante.

Sobre o trigo, estou mostrando aqui só 2010 e 2011, o grande esforço que o Governo tem feito, ou seja, na safra passada, mesmo com aqueles preços que mostramos lá e que estavam relativamente altos, o Governo fez uma intervenção de 1.810 milhão de toneladas com reembolso de R\$226 milhões. Então, o esforço está sendo feito.



Em 2011, foi um ano que precisou um pouco menos, mas fizemos 306 com 9,5 milhões. Esse apoio aqui está direcionado mais diretamente à equalização de preços, ou seja, o Governo, no caso do trigo, como somos importadores líquidos, o Brasil produz 5 milhões e consome 10, não faz muito sentido o Governo comprar um estoque muito grande, então, temos concentrado a nossa política através de Programas de Equalização de Preços, como é o caso do PEP. Este Programa paga apenas a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo. Se o preço de mercado está abaixo do preço mínimo, o Governo paga um diferencial para que o produtor receba, no mínimo, o preço mínimo. Então, essa tem sido a lógica.

O próximo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu só pediria um pouco de atenção aos nossos assistentes, especialmente para a segurança, para que possamos ouvir, porque são muitos números, e precisamos prestar muita atenção. Então, o barulho, o ruído do telefone celular atrapalha o expositor e quem está prestando atenção. Então, agradeço muito a sua colaboração em relação a isso e, quando quiser usar o celular, porque é necessário, que seja fora da sala para não atrapalhar a exposição do Dr. José Maria. Obrigada.

Pode continuar.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Nesse momento, o que aconteceu? O Governo comprou, fez um estoque de mais ou menos 1,2 milhão de toneladas de trigo, e os preços subiram, estamos no pico da entressafra; então, neste momento, estamos vendendo trigo e vendemos 242 mil toneladas até o último leilão. Portanto, nesse momento, ao invés de o Governo estar intervindo para apoiar o produtor, está vendendo estoques para abastecer os consumidores no caso dos moinhos. Então, o Governo tem dois papéis: um, é apoiar o produtor quando o preço está abaixo do mínimo; e, depois, fazer a parte do abastecimento, que é colocar um produto a um preço acessível para o consumidor. Nesse momento, estamos fazendo esse movimento. Os preços mínimos foram aprovados recentemente para o caso do trigo, eles foram mantidos, ou seja, é o mesmo preço que vigorou, de 477 para o tipo 1, e todo esforço que o Governo precisar fazer em termos de apoio à comercialização, vai fazer, que é fazer a aquisição, se precisar, principalmente para atender os pequenos produtores, e fazer esses leilões de equalização de preço para garantir o preço mínimo, se houver necessidade.

Achamos, é uma análise em função do mercado, que o Rio Grande do Sul está aumentando um pouco a área, e, se o clima ajudar, a produção vai ser um pouco maior, devemos ter que fazer um esforço lá em função do que o Flávio colocou que, para fazermos uma logística e retirar trigo do Rio Grande do Sul e colocar no Rio de Janeiro, custa mais caro do que importar, por todas as questões que foram colocadas de reserva de mercado para os navios de cabotagem, a questão tributária, porque o trigo entra no Brasil sem impostos e, quando sai do



Rio Grande do Sul, por exemplo, para outro Estado, leva uma alíquota de 12% de ICMS e assim por diante.

Então, temos, realmente, uma dificuldade de tirar o produto do Brasil, mas o Governo, no que for necessário, vai apoiar. Achemos que, no Paraná, vai precisar, mas pouco, de apoio, em função do mercado. Então, o Governo está aí, tem orçamento e vai apoiar no que for necessário.

Quero só fazer um comentário em relação à agricultura familiar, porque, neste caso, em função do PGPAF, o custeio já é pago automaticamente com o preço mínimo, porque há um desconto no próprio financiamento, em função do PGPAF, aquele produtor que está acobertado pelo PGPAF.

Pode passar.

Também não vou entrar no mérito do balanço de oferta e demanda porque já foi falado.

Por favor, o próximo.

Então, aqui, só para mostrar o preço do mercado internacional do arroz é diferente, ou seja, o preço do arroz vem despencando. Então, quando você pega um preço lá fora que está caindo, e você tem um câmbio, um real valorizando, aí, realmente, você tem uma dificuldade para um produto que está com o preço lá fora ruim.

Mercosul já foi falado, o Schardong colocou. Quando pegamos o Mercosul, aqui, a conta que fizemos foi pegando dado da Conab para a produção brasileira e consumo e assim por diante. Os dados do Brasil são dados da Conab. Para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai nós tomamos como base os dados do USDA e o estoque final nosso, nessa conta, dá 2,9 milhões de toneladas. Realmente, um estoque muito alto. A gente observa que só em 2004/2005 houve um estoque maior.

O próximo.

E aqui o balanço de oferta e demanda do Brasil, que teve um crescimento muito grande de produção da safra passada para este ano. Tivemos uma importação do Mercosul que, em grande parte, planta para mandar para o Brasil. Tivemos um esforço de exportação. Essa exportação que a gente menciona aqui é base casca. Se isso tudo acontecer, nós vamos ter, em função desse aumento de produção e do consumo que, no caso do arroz, tem caído nos últimos anos – o consumo *per capita* de arroz caiu –, portanto, vamos ter um problema grave de 2,5 milhões de toneladas de estoques de passagem no final da safra. Isso justifica esse preço tão ruim.

Aqui a gente olha o preço do arroz. Mais uma vez, temos Cachoeira do Sul, essa linha azul é o preço do arroz no Rio Grande do Sul ao produtor. Muito ruim, perto do preço mínimo, que é essa linha. Essa outra é Cuiabá. Então, realmente, o preço de mercado está abaixo do mínimo não só no Rio Grande do Sul como também no Mato Grosso e no Centro-Oeste.



O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – José Maria, em oito Estados produtores de arroz no Brasil hoje o preço de comercialização está abaixo do preço mínimo.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Então, nós temos uma dificuldade muito grande de apoiar o arroz, vamos mostrar um pouco adiante.

Por favor, a próxima.

Pode ir, importação e exportação já foi falado. Aqui, o apoio que o Governo deu. Ou seja, no ano passado fizemos um movimento muito pequeno, porque a produção foi baixa e, portanto, não houve uma necessidade do Governo apoiar. Este ano, o Governo está fazendo todos os esforços. Conforme já foi dito, o Governo está disponibilizando um volume muito grande de recursos para fazer até 360 mil toneladas de AGF, 1 milhão de toneladas de PEP, 500 mil de opção pública e 500 mil de opção privada. Já fizemos, até o momento, de PEP, 720 mil toneladas. Podemos fazer mais de 1 milhão, se houver necessidade. Esse produto, basicamente, tem tido como destino outros países. Acho que isso é o que causa o efeito desejado no mercado. Fizemos um leilão ontem, de opção pública, em que vendemos 200 mil toneladas. Isso não é o valor da operação, é o valor do prêmio que o produtor pagou para garantir uma opção a R\$ 29,00, que teve ágio. No Rio Grande do Sul, o prêmio médio foi de R\$ 2,08 por 50 quilos.

O preço de exercício que o produtor vai poder optar para entregar esse produto é de R\$ 29,00 para 50 quilos, para entregar em novembro. Nós vamos fazer mais dois leilões com 150 mil cada um, estamos fazendo um leilão na semana de contrato de opção e, na semana seguinte, estamos fazendo um de PEP. Então, estamos fazendo alternado. Na semana que vem tem PEP.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Quando está sendo a bonificação de exportação hoje?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – A bonificação varia de Estado para Estado, mas está sendo de mais de R\$ 6,00 por saca. No Rio Grande do Sul está uns R\$ 7,00. Ali está o volume que o Governo já gastou com essa operação, ele já comprometeu 88 milhões de reais para 720 mil toneladas. Mas aqui temos dinheiro para fazer mais volume, até mais do que 1 milhão de toneladas. Na opção pública nós vamos chegar a 500 mil toneladas e estamos comprando. A AGF eu não coloquei o número aqui, mas a Regina tinha me dito na chegada que compramos até agora 87 mil toneladas.

Portanto, até o momento, o Governo já fez mais de 1 milhão de toneladas. Agora, por que não está tendo efeito com relação a preço? Porque o problema é muito grande mesmo, é um problema estrutural, como foi colocado pelo Schardong muito bem. Então, estamos fazendo todo o esforço, mas, no caso do AGF, que é um produto que tira excedente de mercado de imediato, tem uma dificuldade, que é a questão de armazéns, ou seja, não tem armazém credenciado. A Conab está fazendo um esforço de credenciar um volume de armazéns com maior rapidez, mas a questão, realmente, é de carência de



armazéns para credenciar. Então, há uma dificuldade muito grande com relação a isso, o que pode também ser um problema quando o produtor, lá na frente, for exercer a opção.

Na opção privada, em que vamos fazer até 500 mil toneladas, está faltando uma assinatura, porque tem de sair uma portaria assinada pelo Ministro da Agricultura, pelo Ministro da Fazenda e pelo Ministro do Planejamento, já foi assinada por dois Ministros, da Agricultura e Fazenda, só falta o do Planejamento, que deve sair nos próximos dias, nós vamos fazer também essa operação. Ou seja, nós temos, realmente, um problema grave no arroz, porque o mercado mundial de arroz já foi encomendado, mas ele tem um volume de transações muito pequeno, algo em torno de 7%. Então, não é um produto... Quando você tem excedente só tem dois jeitos de resolver o problema, ou você tira do seu mercado, que é o caso dessas operações de PEP, ou o Governo compra. Comprar está difícil porque não tem armazém. As exportações, os nossos *trades*, têm de arrumar mercado para isso.

Então, é só isso? Passa o próximo.

Ali vamos mostrar que o Governo tem um estoque de 1 milhão de toneladas de arroz, o que é um outro problema, porque agregamos mais produto aqui e, lá na frente, vamos ter de sair desse estoque.

Temos uma medida provisória que foi encaminhada ao Congresso. O Deputado Luis Carlos Heinze fez uma emenda nela, que era de doação de até 100 mil toneladas de arroz, mas ele fez uma emenda para tentar uma doação de até 500 mil toneladas para países carentes. Nós sabemos da dificuldade operacional de fazer isso, mas, tendo, a Conab vai adotar os procedimentos para fazer essa doação, pois isso também ajuda na retirada de excedentes de produtos aqui do mercado.

Por ora é isso. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço muito, José Maria, a exposição, apenas acrescentando que aqui no Senado fui eu a Relatora da Medida Provisória nº 519, que levou o PLV, o Projeto de Lei de Conversão, de nº 15. Ela entrou graças a uma manobra regimental legítima, que foi pedir a inversão de pauta, porque ela estava em último lugar naquela noite complicada, de quarta-feira, em que só foi votada uma medida provisória, porque eu tinha conseguido, na terça-feira, votar, dada a urgência dessa matéria.

Eu queria até provocar o senhor, permitam-me os expositores, porque vamos fazer uma interface, cada um perguntar a cada um. Acho que o José Maria será o maior demandado.

Eu queria lhe perguntar, já que o senhor falou que a Conab está agilizando os credenciamentos dos armazéns. Não é prudente que a Conab se antecipe porque, como se sabe, a comercialização tem um período de acontecer. A colheita e a comercialização se avizinham. A própria Conab faz uma estimativa



de safra, que vai ter uma produção x, e ela não providencia, previamente, o credenciamento dos armazéns para evitar o que estamos vendo agora. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é que, como tem um estoque na mão do Governo, de 1 milhão de toneladas, por que não pegar esse arroz que está estocado e fazer o cumprimento do que está previsto nessa medida provisória, o que aliviaria e colocaria arroz novo, da safra atual.

Então, são as duas primeiras perguntas que coloco ao senhor.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – A Conab está aqui, mas vou me atrever a responder dizendo que, na questão do credenciamento dos armazéns, a Conab vai fazendo isso ao longo do ano. Só que, como o credenciamento tem algumas exigências, os armazéns têm de apresentar documentação para que a Conab possa credenciar. Só que muitos não apresentaram. Tem a questão de uma garantia, uma exigência do Tribunal de Contas, que muitos não estavam conseguindo apresentar. Então, não é só uma questão da Conab. Ela faz a solicitação e fica aguardando que os interessados apresentem as garantias e os documentos. É isso o que se está fazendo com mais agilidade. Realmente, tem uma carência, o que é uma dificuldade. Vamos chegar num ponto em que se chegará ao limite se não forem construídos mais armazéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quer dizer, além de todos os problemas de logística, temos ainda a burocracia para atrapalhar a vida do produtor, do agricultor.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – É. Aí tem o interesse, tem de ter um interesse dos armazenadores em credenciar os seus armazéns. Por exemplo, um armazém que foi recentemente cadastrado, que é a César, tinha uma pendência. Demorou porque tinha uma pendência. Resolvida a pendência, a Conab credenciou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a questão desse estoque das 500 mil toneladas que foram aprovadas na medida provisória para doação? Não poderia tirar esse arroz que está estocado na mão do Governo?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Com certeza. Isso é o que vai ocorrer. Agora a Conab vai fazer o procedimento, mas aí o Itamaraty que vai indicar quais são os países que vão receber esse produto. Recebendo, a Conab vai fazer todo o procedimento para essa doação. Normalmente, essas doações são feitas através de arroz em casca, então, ainda tem que fazer a operação do beneficiamento desse arroz, mandar para o porto e aí há toda uma logística. Mas essa é a ideia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A do arroz em casca?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Em casca.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí tem que fazer...

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – O beneficiamento para doar já beneficiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já beneficiado. Eu queria agora, então, renovar o convite para os nossos internautas. A participação pode ser direta, pela *Internet*, www.senado.gov.br/alosenado; *Twitter*: @alosenado; pelo telefone, ligação direta gratuita de telefone fixo, celular ou telefone público, 0800-61-2211.

Eu queria saber se os demais membros da Mesa querem fazer interrogação sobre a matéria, aí dirija para quem pretende fazer a pergunta.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Senadora, eu tenho um aspecto que ainda não foi falado, que é importante. Talvez muitas donas de casa que estão neste momento assistindo o programa estão pensando assim: mas se o arroz está com essa crise, com esse preço tão baixo pago ao produtor brasileiro, ao agricultor brasileiro, como é que na gôndola do supermercado não deu essa queda de preço? E isso realmente é uma coisa que nós não conseguimos ainda detectar. O produto na mão do produtor cada vez mais com preço mais aviltado, a indústria muitas vezes – a gente tem reuniões com a indústria – a indústria muitas vezes apertada, também numa situação que não é muito fácil. São poucas indústrias do arroz que não vivem um regime mais inflacionário dentro do momento das compras. E como é que na gôndola do supermercado muitas... Se nós fizemos em alguns locais, traçarmos um paralelo hoje na gôndola do supermercado, isso corresponde ao preço quando nós estávamos vendendo arroz a 24. Quando nós vendíamos arroz a 24...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Era o mesmo preço.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – ...e em muitas gôndolas do supermercado está lá. Então, as donas de casa devem estar pensando: “Se caiu tanto o arroz, esse choro todo dos produtores, como é que na gôndola continua preço alto?” Isso é uma coisa também que eu acho que se precisa verificar aos poucos onde está o nó dessa questão toda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nesse aspecto, agora eu o provoco. O senhor que é da Câmara Setorial Nacional do Arroz, a Câmara Setorial se entendem o produtor da indústria que beneficia, o comerciante, o supermercado ou a cadeia, que é a comercializadora, e também os produtores de insumos. É assim que funciona essa cadeia produtiva?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Olhe, por incrível que pareça, eu devo estar há uns 5 anos na câmara. Até hoje, que eu saiba, o setor dos atacadistas compareceu só uma vez. São convidados em todas as reuniões. Isso não é só quanto à Câmara Setorial, também nas câmaras setoriais estaduais é muito difícil o setor responsável pela gôndola comparecer nas reuniões. Então,



acho que isso é uma coisa que nós dá um ponto de interrogação muito grande, porque o produtor vendendo baixo, a indústria também com dificuldades e na gôndola muitas vezes a balança sempre mais alta de um lado. Isso é um aspecto que eu gostaria também de deixar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Seria o caso, Dr. Schardong, de fazer uma investigação via CPI dessa situação?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Olha, não digo uma CPI, mas que o Governo deveria esclarecer as coisas com mais rigor, acho que deveria realmente fazer um levantamento mais criterioso. Pela própria Câmara nós já tentamos alguma coisa nesse sentido e não prosperou. Mas eu acho que, sem dúvida nenhuma, é um aspecto que nessa crise do arroz tem que ser olhado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, me chamou a atenção o que o Flávio falou sobre as variedades resistentes à chuva na época da colheita, para evitar, e também à geada. Na Região Sul, onde o trigo, como cultura de inverno, está sujeito a essas variações climáticas. Então, eu queria saber: a Embrapa não está trabalhando nessa área Flávio, para oferecer variedades, digamos, adequadas a essas alterações climáticas mais resistentes? É a primeira pergunta.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Bem, a Embrapa está trabalhando sim. Ela estava, até pouco tempo, priorizando seus trabalhos em cima da questão da qualidade do trigo. Sempre dentro dos trabalhos de pesquisa há algumas áreas onde se está trabalhando a questão das resistências à seca. Já há um trabalho bastante avançado dentro da Embrapa, mas com relação especificamente à chuva na colheita, a pesquisa ainda não está com materiais prontos. A gente pode até falar que eventualmente poderia ser utilizado o gene que está proibido por lei, que é o *terminator*. Você o colocaria e ele resolveria o problema da germinação na colheita.

Mas isso é proibido. Então, nós temos que ir trabalhando de forma a gradualmente chegar num produto que seja mais resistente à germinação mesmo na época da colheita.

Questão da geada, nós temos uma facilidade talvez um pouquinho maior, com variedades que eles estão trabalhando lá, mas eu não tenho – vamos dizer assim – informações detalhadas do processo de pesquisa dentro da Embrapa para poder afirmar mais detalhes sobre essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para o nosso telespectador que não entendeu – como eu, leiga aqui – o senhor falou no *terminator*. O que é isso? É um produto? Como se processa essa agregação genética?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Quando foi feita a discussão da Lei de Biossegurança, houve uma preocupação bastante grande dos produtores e até mesmo dos produtores de sementes e do mercado consumidor. Havia uma preocupação de que, em se aprovando a Lei de Biossegurança, as empresas que



fossem criar materiais colocassem nele um gene que proibisse que esse material, plantado uma vez, germinasse novamente para ficar sempre dependendo da empresa fornecedora da tecnologia. Isso, dentro da legislação, foi proibido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por isso então essa resistência não existe. Nós vamos depender da Embrapa para fazer essa variedade mais resistente.

Outra questão que o senhor falou diz respeito à questão dos incentivos à exportação. Que tipo de incentivo poderia ser aplicado, Flávio?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Os principais incentivos que a gente vê da possibilidade da exportação é a continuidade mesmo dos próprios Prêmios de Escoamento de Produto, que é o PEP, que a gente conhece. É um estímulo bastante interessante, que tem viabilizado afetivamente algumas operações. Além disso, todos os outros tributos na exportação são isentos. Então, o que a gente imagina de necessidade seria que houvesse uma melhoria significativa na logística de exportação. Então, melhorar as estradas, melhorar os portos. Nós temos portos necessitando de modernização para que efetivamente fosse possível a gente trabalhar com tarifas menores ou custos menores no próprio transporte. Dentro disso que a gente imagina esses incentivos.

Hoje nós temos no Paraná, por exemplo, um pedágio extremamente elevado. As rodovias até são boas, mas o pedágio representa 5% da soja que está sendo exportada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do custo final.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Do valor do produto. Então, isso tem que ser revisto, isso precisa ser adequado à realidade do País, à realidade do impacto desses produtos dentro da cadeia produtiva ou dentro da economia brasileira. Não se pode admitir que um milho de Cascavel até Paranaguá perca no caminho, só para pagar pedágio, algo em torno de 7%, 8% do seu valor. É muito elevado, precisa ser revisto isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito grata ao Flávio e ao Márcio.

Chamou-me a atenção também uma realidade que é recorrente e que, certamente, impacta sobre o custo final de produção do arroz no Rio Grande do Sul, que você mencionou com muita propriedade, que 60% dos agricultores familiares estão em terra arrendada.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Sessenta e cinco por cento são arrendatários da lavoura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sessenta e cinco? Então, eu queria saber disso, é maior ainda o percentual. Eu queria saber como se equaciona esse dilema.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – É que é uma dificuldade muito grande, porque, além da questão do arrendamento da área, há também o



arrendamento da água. Ajuda-me aqui o Schardong, que encarece mais ainda, porque gira em torno de 40%, em torno disso.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Não, não chega a tanto.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Mas os custos como um todo...

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – A média no Rio Grande hoje de terra e água em torno de 25%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Água? Só água?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Terra e água.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Obrigado Schardong pela informação, mas essa é uma dificuldade muito grande. Além da questão toda, que já tem enormes dificuldades quanto a custo de produção, ainda esses agricultores que não têm propriedade própria, que são arrendatários, ainda pagam esse custo àqueles proprietários de terra para poderem viabilizar cada vez mais. Essa produção que todos puderam ver vem crescendo ano a ano, mas muito se sacrificando para que isso possa acontecer. E essa dificuldade que esses agricultores têm enfrentado vê-se que se vai jogar muitos deles para fora do setor produtivo se nada for feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Queria fazer uma observação?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Muito se tem falado qual seria a alternativa, qual a saída da situação. A diminuição de área de plantio é muito falada, mas nós temos também em mente que cada hectare plantado a menos aqui no Brasil é um hectare a mais plantado no Uruguai, na Argentina e no Paraguai. Os projetos de plantio deles são... Primeiro se monta o projeto brasileiro para depois ver a área de plantio deles. E também uma alternativa – essa é viável e vai acontecer – é uma migração de certa área do arroz para a soja. Em algumas áreas do Rio Grande vai haver isso, já são projetos concretos. Talvez em 20% da área do arroz do Rio Grande do Sul vai migrar para a soja. Já existem experiências. Hoje já existem bastantes pesquisas em cima da soja, numa terra mais baixa a ser plantada. Seria uma saída. Agora a diminuição de área, como muitos falam, é inviável. Uma característica muito importante do arroz... O arroz, com toda essa crise que existe hoje, que a gente vê... Se o arrendatário está saindo, a gente olha para o lado da porteira, já há uma fila de cinco querendo entrar. Então, é uma história muito diferenciada, é uma lavoura muito antiga no Rio Grande e há esse diferencial que é aquela paixão. O arrozeiro é uma cultura muito politizada. Então, há um histórico muito forte em cima dela.

Por isso essa crise é uma crise que já vem de anos. A gente vem tocando, achando que, no próximo ano, vai melhorar, mas agora a crise chegou a uma encruzilhada que precisa de decisão, porque muitos companheiros nossos vão ter que abandonar a lavoura em função da situação que se criou.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora eu queria perguntar ao José Maria algo. No caso do arroz, mas mais especificamente do trigo, é um para-e-anda em relação às políticas que o próprio Ministério da Agricultura tem adotado.

Eu lembro bem que foi um paranaense, o Ministro Reinhold Stephanes, o antecessor do Ministro Wagner Rossi, que lançou exatamente mais um dos planos destinados à autossuficiência do trigo no Brasil, porque o Brasil é hoje, depois do Egito, como disse o Flávio, o segundo maior importador de trigo do mundo. É uma coisa paradoxal, considerando o clima que nós temos, a área agricultável que nós temos, a tecnologia disponível, até o manejo ambientalmente correto, como lembrou aqui, com 90% da lavoura com plantio direto e uma lavoura de um produto nobre. O trigo é um produto de milênios, está na civilização toda.

Então, por que esse para-e-anda? Como é que o Governo vai e volta, vai e volta e não tem uma política de estabilidade na proteção e na consecução dessa meta de auto-suficiência para o trigo?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, na verdade, a meta não era bem uma autossuficiência. Era chegar a 60, 70% mais ou menos do consumo com produção nacional. Por que não 100%? Exatamente pela localização hoje da produção do trigo. Nós temos, como o Flávio disse, quase toda a produção do trigo concentrada no Rio Grande do Sul e no Paraná. E, com os problemas estruturais e tributários que nós temos, como eu disse antes, é inviável praticamente você plantar trigo para levar para as regiões Norte e Nordeste, porque o custo fica muito mais elevado do que importar.

Então, existe um estudo que até foi a Conab que fez um tempo atrás segundo o qual, para o Brasil aumentar, num volume mais significativo, a produção de trigo, nós teríamos que caminhar com o trigo aqui para a região central...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A produção?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – É, um pouco da produção, que há regiões aqui com o clima e com a altitude ideal para o plantio de trigo que produzem trigo de boa qualidade e que não padecem mesmo. Nós temos áreas que produzem trigo muito expressivo, trigo irrigado e de ótima qualidade.

No Rio Grande do Sul, o problema é um pouco mais grave, porque também muito parecido com o arroz, não tem muita alternativa.

O Paraná este ano deve reduzir a área, mas é uma opção do produtor em função do preço. Ou seja, o preço do milho está...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mais compensador?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Compensador. O produtor está migrando em torno de uns 10%, que é o último relatório que eu vi do Deral, para o milho safrão.



Quando houve aquele compromisso lá atrás que foi assinado pelo Ministro Reinhold Stephanes, a meta de chegar até 70% pressupunha algumas atribuições do Governo e eu diria que o Governo não abandonou, porque ali dizia que o Governo iria manter primeiro os planos de usar recursos suficientes para o produtor plantar – isso está sendo feito –, manter o preço mínimo equivalente ao custo variável de produção, com base no curso da Conab – esse mesmo tendo havido uma redução, ainda está de acordo com o custo variável de produção – e disponibilizar os mecanismos de apoio à comercialização.

O Governo não tem deixado, não tem ficado ausente de apoiar o produtor. Houve ano, só para dar um exemplo, na safra 2009/2010, de uma safra de 5 milhões de toneladas, 5026, o Governo apoiou 72% da produção, ou seja, passou, de alguma forma, pelo Governo 3,635 milhões toneladas, das quais 3,261 milhões foram de PEP e 373 mil toneladas de aquisição do Governo, que é AGF.

Ou seja, o Governo, mesmo não tendo reformulado o plano, ele está atendendo os principais requisitos naquilo que foi o compromissado lá atrás: que é disponibilizar armazém, a fazer AGF, disponibilizar recursos para plantar a comercialização e garantir um preço mínimo compatível com o custo variado, porque a gente tem que levar em conta que, quando o Governo fala de preço mínimo, a palavra já está clara. Ou seja, é preço mínimo mesmo, é para o produtor se manter na atividade.

Quando foi citado aqui, até aproveitando esse gancho para comentar, porque todos os produtos citados – arroz e trigo –, que o custo da Conab está colocado num valor e o preço mínimo é menor. Não, o custo da Conab pode ser maior, o custo total, mas o custo variável, não. O custo variável, quando a Conab apresentou a proposta de arroz, por exemplo, foi mantido em 25, porque o custo variável era menor que isso, e no trigo também, porque os custos caíram duas safras para cá.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Primeiramente, só vale quando são negociações em nível governamental. Não existe livre negociação entre indústria e produtor e isso que é a grande confusão que gera do preço mínimo, que a pessoa, quando vai pagar qualquer conta num agente financeiro, ele quer que o agente pague para ele o preço mínimo ancorado na política do preço mínimo, e, na verdade, o preço mínimo só funciona quando é um PEP, uma AGF. Ali ele funciona.

Então isso aí é o grande ponto de interrogação que existe hoje, que o produtor está aflito, porque ele está entregando seu produto a 18, embora o preço mínimo seja 25,80 e, com 18, ele não vai pagar sua conta. Então, a grande luta do setor hoje é que houvesse uma política de Governo que bancasse os 25,80, quando ele fosse quitar seus compromissos junto aos agentes que lhe emprestaram dinheiro. Então, essa que é a grande luta do produtor de arroz hoje, em nível praticamente de Brasil: que o preço mínimo do seu produto realmente



seja um preço mínimo, pois o preço mínimo só vale num momento e depois não vale.

Então, essa situação é difícil, tanto que nós tivemos uma reunião semana passada, há dez dias – o Senador estava junto –, no Ministério da Indústria e Comércio, quando nós pedimos que entrasse o arroz na lista de exceção. E lá nos disseram que era impossível. Nós fizemos um pedido por escrito que não entrasse arroz do Mercosul em território brasileiro abaixo do preço mínimo, já que não existe a política de preço mínimo dentro do Mercosul e o Brasil tem uma política de preço mínimo. Deviam honrar, então, aqui. O produto de fora não poderia entrar no Brasil a menos do preço mínimo, porque entraria em concorrência com o produto brasileiro, produzir para o produtor. Então, essa resposta o Ministério de Indústria e Comércio não nos deu ainda. Nós propusemos que não entrasse nenhum produto em termos do arroz no Brasil, José Maria, que entrasse a 19, quando o preço mínimo é 25,80. Então, é difícil.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Então, se me permite, a lei, no caso do preço mínimo, ela vale para o Governo, ela não vale para o mercado.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Não vale para o mercado.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Não vale para o mercado. Então, o preço mínimo pressupõe que o Governo vai garanti-lo. Está certo? Quando o Governo fixa um preço mínimo, o pressuposto é que o Governo vai ter que garantir esse preço mínimo. Só que, para a gente garantir, nós temos que ter as condições. E, no caso do arroz, diferentemente de outros anos em que o preço mínimo funcionou... Porque a lógica do preço mínimo é que, se o mercado está abaixo e nós temos um excedente de dois milhões de toneladas, se o Governo comprar esse excedente ou fizer PEP de escoamento, o mercado sobe. Essa é a lógica normal. Certo? Só que nós não estamos tendo condições de, este ano, ter uma política mais afetiva por carência de armazéns. Ele vai dizer: “A responsabilidade de armazém é só do Governo?” Não. Eu acho que é do setor privado também. Por isso que o Governo disponibiliza linhas de financiamento para os produtores construírem armazém. Há linha no BNDES para usar armazenadores e os interessados construírem. Então, quer dizer, existe todo um arcabouço de financiamento e de política que tem comprometimento com o produtor.

Aproveitando essa questão de armazenagem, quando foi criado o Moderinfra, que é o programa criado para incentivar a construção de armazéns em nível de produtor, a lógica nossa é que o Brasil tem muito pouco, os produtores brasileiros têm muito poucos armazéns em nível de propriedade rural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O caminhão hoje é o armazém, é o caminhão. O Caminhão é o armazém.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Exatamente. E a nossa safra cresceu muito rapidamente, e a armazenagem não acompanhou. Então, hoje nós



temos uma deficiência, como mostram os números da Conab. Ou seja, numa produção de 160 milhões de toneladas, nós temos uma capacidade de armazenagem de 134 milhões de toneladas cadastrada junto à Conab. Só que desses armazéns, muitos não estão adaptados à realidade atual, ou seja, estão defasados.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – E quando foi lançado o AGF e se procurou o credenciamento, um pouco antes foi mudado o *check listing*, aquele que precisa para se credenciar junto à Conab. Foram mudados vários itens que pegaram o produtor; quando ele foi fazer mudaram as garantias, o seguro. Uma série de itens que não tinha. Ele foi fazer e, realmente, há uma burocracia muito complicada, que leva quase seis meses para credenciar um armazém. Então, deu esse problema.

O Governo ofereceu o AGF e tinha um montante em dinheiro, mas não pudemos fazer a negociação em função da falta de armazéns credenciados. Realmente, foi uma coisa complicada, em função da última hora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós temos muitas questões. Eu renovo o convite, para os nossos internautas, desse debate.

Eu queria agradecer também ao nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz, que preside a Comissão e foi o proponente desse amplo debate que todas as sextas-feiras, nesse horário, estamos realizando.

Eu queria lembrar aos internautas, portanto, que pela Internet há a participação: www.senado.gov.br/senado/alosenado. *Twitter*: @alosenado. Por telefone a ligação é gratuita: 0800-61-2211, por telefone fixo, celular ou mesmo por telefone público.

Eu queria fazer uma pergunta ao Márcio que diz respeito a... Nós tivemos uma audiência, essa semana, com o Ministro Antonio Palocci, para tratar em última instância, como eu reafirmei ao Ministro-Chefe da Casa Civil, do desespero do setor, especialmente os produtores pequenos de Santa Catarina; cerca de dez mil produtores. E também do Rio Grande do Sul. Um conjunto de trinta mil produtores rurais de arroz.

Agora, no caso de Santa Catarina, lembrado pela Fetaesc, em Santa Catarina, começam a vencer as carências dos financiamentos para investimento do Programa Mais Alimentos. Como o agricultor, que é produtor de arroz, com esse preço ou sem renda, vai honrar esses compromissos, Márcio?

O SR. MÁRCIO LANGER – É uma dificuldade muito grande e nós estamos trabalhando nisso intensamente.

O Presidente Elton esteve ontem também reunido com o pessoal da Fazenda para tratar de questões, porque o período para o vencimento dos contratos está chegando e já teve alguns vencimentos em maio; mas o grosso mesmo começa a vencer em julho e agosto. E aí nós temos uma dificuldade muito



grande de honrar esses compromissos, devido a todos esses fatores que foram colocados.

Às vezes até o produtor tem o produto e não consegue comercializar. Outros tiveram que comercializar para honrar os compromissos com particulares, para não ficar devendo. E aí tem, ainda, os acúmulos dos anos anteriores. Isso gera uma pressão, por parte do agricultor, que faz com que tenha que vender por qualquer preço, chegando até, em Candelária, por incrível que pareça – nós falamos em 19 reais, 18 reais – a 13 reais um saco de arroz, para comercialização. Um absurdo total. Mas é o desespero do produtor para tentar manter seu nome em dia.

Então, o esforço da Federação e das entidades em conjunto é procurar alternativas para isso. E pedimos um prazo de espera, Presidente desta reunião, Ana Amélia, para que possamos pedir pelo menos até o final de outubro para esses contratos; para que esses agricultores possam normalizar um pouco. Que o mercado possa se normalizar, para que os produtores honrem esses seus compromissos.

A dificuldade está muito grande. Há ligações todos os dias. Há pleito todos os dias. E esperamos que a Fazenda encaminhe, junto ao Conselho Monetário Nacional, um voto para que realmente isso aconteça e tenhamos alguma solução para o problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Márcio.

Olha, veja só, a gente está discutindo aqui como se esse – José Maria, Flávio, Schardong e Márcio – fosse um problema exclusivo da Região Sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que são os principais produtores. Eu estou recebendo aqui... E agradeço ao Senador Acir Gurgacz, que acabei de mencionar há pouco: o nosso Presidente. Ele mandou a seguinte pergunta para o nosso José Maria, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária: “Em Rondônia, Municípios como São Miguel do Guaporé, no Vale do Guaporé e Alto Paraíso, no Vale do Jamari, são grandes produtores de arroz com boas expectativas quanto à produtividade, o que motiva os agricultores, gera empregos e mantém o homem no campo. A produção tem crescido com a introdução da variedade BRS Sertaneja de terras altas. As prefeituras, o Governo do Estado e Federal têm se esforçado para manter as estradas vicinais e viabilizar estruturas de armazenagem e secagem do produto”.

Vem aí a pergunta: “Qual a posição e acompanhamento do mapa sobre o cumprimento das quotas e equivalências das quotas de arroz, trigo e leite, já que a entrada de lácteos do Mercosul está prejudicando o produtor lá em Rondônia?” Já que esse produto entra... Esses lácteos, agora, vêm do Mercosul, especialmente Uruguai e Argentina. E o pior... Agora, acrescento também a essa contribuição valiosa do Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, nosso Senador do PDT e Presidente desta comissão, que há suspeita de que esteja de novo



acontecendo a chamada triangulação, porque como temos a TEC, entra leis de importação e outros países europeus, entra no Mercosul e do Uruguai ou da Argentina pode entrar no Brasil, sem nenhuma tarifação. Então, apenas complemento a pergunta do Senador Acir Gurgacz, caro José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, cumprimento o Senador Acir Gurgacz e digo que a resposta não é muito fácil, porque envolve o Mercosul e a liberdade. A negociação com o Mercosul é livre comércio. Portanto, é uma decisão do Governo que não está na esfera do Ministério da Agricultura, está certo? Então, como eu já disse antes, é um assunto que tem que ser levado para os ministros na Camex.

Na verdade, é uma posição de Governo, porque nós temos outros interesses também em exportar para o Mercosul. O livre comércio é isso: você ganha de um lado e perde do outro.

Com relação à triangulação, se realmente for comprovada, o Ministério da Agricultura pode fazer, por meio da defesa, alguma ação para tentar identificar e inibir, porque triangulação já foge do livre comércio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Agora, vem a pergunta do Irineu Rieger, que é do Paraná. Ele faz a seguinte pergunta, que vou encaminhar ao Francisco Schardong. Ele pergunta: “Qual seria a solução para o desenvolvimento dos setores de comercialização de arroz – ele cita também a carne – tendo em vista que não há incentivos por parte do Governo?”

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Não é questão de incentivos, é questão de solucionar os problemas. Quanto mais incentivos o Governo dá, mais problema cria porque se nós, lamentavelmente... Porque hoje o produtor de arroz está sendo penalizado pela sua alta competência. Então, acho que o que nós precisamos, no arroz, é fazer um escoamento projetado da nossa safra. Não adianta nós... Se o consumo vem caindo e hoje nós já estamos caindo de 24 para 14 quilos, cada vez caindo mais e nós aumentando a produção. Em nível de Rio Grande, de arroz irrigado, como Santa Catarina, há quatro anos produzíamos 5 mil quilos por hectare; hoje, nós fechamos este ano com 8.500 quilos e em alguns casos 10 mil quilos por hectare. Então, o arroz, quanto maior a produtividade, mais problemas estão surgindo.

O que a gente poderia pedir para o Governo? Não o incentivo, mas que o Governo talvez, em termos de Mercosul... Ele podia não por quota, mas seria escalonar as entradas. Em certas épocas do ano, fazer um...

Nós não somos contra o Mercosul. É aquilo que eu mostrei no início. Nós queremos trabalhar em condições iguais. Que ele trancasse temporariamente a entrada do arroz do Mercosul em certas épocas do ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que foi, aliás, a mesma proposta do Flávio em relação ao trigo.



O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Eu acho que seria uma solução. Um incentivo maior que ele daria para o plantador de arroz seria colocar certos gargalos na entrada de arroz do Mercosul.

Agora o José Maria falou da balança comercial. E a balança comercial hoje é 45% favorável em termos de Brasil. Lamentavelmente, o trigo, o arroz e o leite são a moeda de troca desse comércio que sobe para o resto do País. Então, como solucionar isso aí?

O Governo, para manter o superávit da balança, deveria dar um incentivo. Aí, sim, o incentivo. Mas se fala em bônus ou numa palavra que eu não gosto de falar, ou qualquer tipo de subsídio, nós temos o problema da OMC, que vem aqui exportar um produto. Já começam outros problemas de outro lado agora, porque quanto ao Governo, o incentivo que ele poderia dar é como solucionar essa superprodução. Se ele trancasse um pouco a porteira do Mercosul, acho que nós teríamos condições de buscar mercados externos. Agora, se vamos buscar mercado externo, abrindo a porta da frente e na porta dos fundos entrando arroz do Mercosul, é muito difícil equacionar isso aí.

Então, acho que o maior incentivo que o Governo poderia dar é fechar um pouco a porteira do Mercosul.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E dar uma melhoria na logística, não é?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Sem dúvida nenhuma.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na cabotagem, na questão dos credenciamentos dos armazéns e tantas outras questões.

Agora vem do Creidimar de Paes Massa, do Rio de Janeiro, a cidade, penso, é Iguaba Grande, pode ser assim, acho que é Iguaba Grande mesmo a cidade. Ele dirige ao nosso diretor do Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura: “O que o Governo Federal tem feito para apoiar os pequenos agricultores que produzem e comercializam arroz?”

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Aí é mais agricultura familiar, mas eu vou me atrever a dar uma resposta mais geral. Na verdade, hoje a agricultura familiar tem o PGPAF, que o produtor já liquida o financiamento com base no preço mínimo, se o mercado está R\$18,00 e o preço mínimo é R\$25,80, quando ele vai pagar o custeio, o custeio já é pago a R\$18,00. Esta é a primeira regra. Segundo, é que os programas que o Governo faz para tirar excedente do mercado, tanto a AGF, quando nós vamos fazer uma AGF, só para ficar mais claro, nós já limitamos a compra por produtor, exatamente para poder pegar o produtor menor, primeiro, quer dizer, então há um limite automático na hora em que o Governo faz a AGF, da mesma forma que nós colocamos limite no contrato de opção, então quem participou do leilão de ontem, no contrato de opção, podia comprar no máximo até dez contratos, de 27 toneladas cada um nesse leilão, e no programa total, o produtor só vai poder vender 20 contratos de opção, ou comprar



20 contratos de contrato de opção nos três leilões. Então isso como uma forma de ajudar o produtor menor.

Essa política é feita no global também, ou seja, a gente sempre olha primeiro o pequeno para depois olhar o maior. E quando nós fazemos os leilões, é que realmente a situação está muito grave, a ideia é que se tire o excedente e o preço melhora para todo mundo. Essa é a lógica.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – O importante... Não adianta passar o produto de um armazém para outro, importante é que realmente ele saia porque muitas vezes passa de um armazém para outro... Fica esse estoque público de que o José Maria falou. Hoje já está quase em mais de um milhão. Então o importante é que saia o produto porque senão vamos ficando com um estoque cada vez maior, vêm as produções novas em cima daquele e nós ficamos numa situação. E hoje inclusive tem produtos, tem arroz que eu acho que nem tem mais condições de servir para alimentação humana, pelo que sei, nos depósitos, porque já tem produtos há tantos anos depositado que tem que ter uma maneira de essa situação começar realmente a abrir espaço para novos produtos serem depositados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora a pergunta, eu te agradeço, Schardong, vem de Uves Schmidt, do Paraná, da capital Curitiba, é dirigida ao Flávio Turra: “Como anda o projeto referente à inserção de farinha de mandioca para a confecção de pães pelas panificadoras?”

Mais uma concorrência para o trigo que já está mal. Brincando.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – A gente não tem informações de como está atualmente esse projeto, houve uma tramitação na Câmara dos Deputados, nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É do Aldo Rebelo, esse projeto?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – É do próprio Aldo Rebelo, isso. Mas a gente não sabe em que situação se encontra hoje. Não tenho informações.

A gente sabe que a indústria se posicionou fortemente contra a aprovação desse projeto por conta de que eles entendiam que a mistura poderia provocar problemas na qualidade do produto e eles estavam exigindo muita qualidade para o próprio trigo, dizendo que o trigo não tinha qualidade suficiente para panificação. Que até a gente comentou ao longo da nossa discussão hoje que a qualidade da situação já melhorou muito.

Então imagina, quando nós tivermos um produto, uma qualidade mais evoluída, o trigo, no caso, com qualidade mais evoluída, pode até ser que alguns moinhos passem a misturar.

Agora, através de lei, eu não sei quando isso vai tramitar; se vai voltar a ser discutido no Congresso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora para o José Maria vem a pergunta do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Lenira Uriarte. Ela



pergunta ao senhor: “Por que motivo a Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, não envia, com celeridade, fiscais suficientes para autorizarem as cooperativas de arroz resolverem os problemas concernentes à superprodução e à aquisição do Governo Federal, AGF?”. Afirma que o Governo publica nas mídias que já há autorização, mas essa informação é falaciosa. O texto está aqui, dela. Haja vista a situação da cooperativa de São Borja, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – É Conab, mas vou dizer que a última informação que nós tivemos é que a Conab estava fazendo todos os esforços para agilizar esse processo de credenciamento de armazém.

O que eu posso dizer nós vamos dar uma olhada e se não estiver agilizado, nós vamos tentar ver o que pode ser feito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também para o senhor, vem também do Rio Grande do Sul, João Pedro Bacem, ele pergunta: “Para se atentar com os lucros dos produtores de arroz que são insuficientes para cobrir os gastos com a produção, o Governo deve rever a relação entre os produtores e o mercado.”

Como fazer isso Dr. José Maria?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, com relação aos preços, nós estamos fazendo os esforços para ver se o preço melhora, ou seja, o Governo está adotando todas as políticas, agora, com o outro, é difícil. Eu não sei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É complicado.

Agora outra também, essa vem de Camaquã, do Rio Grande do Sul, de Maria Edelvira Colombi Carnopi. Ela pergunta: “Qual será a alternativa para a resolução das dívidas contraídas pelos agricultores por conta exatamente do problema que já citou aqui, pelo Márcio, pelo Schardong, relativo ao preço do arroz?”

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, eu creio o seguinte: o Schardong já deu uma pista, ele falou que já existem pesquisas que uma parte da produção de arroz vai para a soja. Lá atrás, eu me lembro de que a Embrapa tinha feito um projeto, tinha desenvolvido o tal do milho Saracura, que não deu muito certo – o Schardong pode falar melhor que eu. Mas eu imagino que o único jeito é a gente ter uma redução na produção, já que a gente não está conseguindo aumentar o mercado, aumentar o tamanho do mercado para que os preços sejam condizentes com os custos porque não há outro jeito de ganhar dinheiro sem ser vendendo um produto acima do custo e como você está produzindo excedentes que não está tendo viabilidade, a forma que tem é reduzir a produção. E aí para reduzir a produção não é simplesmente mandar o produtor deixar de plantar, é criar alternativa. E eu acho que as instituições tinham de verificar, se existe uma forma de desenvolver, além de soja, outras variedades, de repente uma variedade de arroz que serve para ração, sei lá, alguma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Essa questão do armazenamento, vem outra aqui, José Maria, vem de Vale Verde, Rio Grande



do Sul, de Dinorá Teresinha Lesbão de Borba, que informa que o marido dela é produtor, chegou a realizar cadastro na Conab para armazenar arroz em casca no silo de sua propriedade; tem encontrado, contudo, diversos entraves para conseguir efetuar o recadastramento. Portanto, ela pergunta: "Quais as razões para tamanha burocracia por parte da Conab?"

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Eu sugiro que ela encaminhe um *e-mail* para a Conab porque eu realmente não tenho essa resposta. Não sei por que está na Conab. Mas aí eu sugiro direcionar o assunto para a Conab.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – A resposta da minha conterrânea do Rio do Grande do Sul, acho que é porque realmente foi mudada a regra do jogo uns dias antes do AGF, então muitos armazéns caducaram, o credenciamento, o produtor achou que estava valendo aquela regra antiga, ele foi pego de surpresa, quando ele foi fazer o novo cadastro, foram mudadas várias exigências novas e isso que causou todo esse entrave.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Senadora, se me permite, só fazer uma frase aqui, que é a seguinte: tem algumas coisas que a Conab colocu e que foi uma determinação legal.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Eu sei que partiu do TCU inclusive. Não estou aqui fazendo nenhuma crítica, estou só mostrando a realidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O José Maria levantou essas questões quando indaguei por que a Conab não se antecipava ao problema e ele alertou que isso era uma exigência também do próprio TCU.

Agradeço ao Vandeir Alves Fernandes, lá do Mato Grosso, de Nova Lacerda, e dirijo a pergunta ao José Maria. Ele pergunta: "A queda do dólar pode importunar as futuras produções agrícolas no que tange às exportações?"

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, vai depender do custo, ou seja, se os custos continuarem caindo como tem caído, não está tendo muito problema. E tem ocorrido um fato, pelo menos nas *commodities*, que são de exportação, isso a gente observa, quando a gente olha soja, milho, trigo, quando o câmbio, quando o dólar se desvaloriza, como os produtos agrícolas são negociados em dólar, tem havido uma compensação em termos de aumento de preço lá em Chicago. O que nós temos avaliado é que o mundo precisa pelo menos da soja brasileira e da soja do Centro-Oeste. Então, toda vez que o real aqui valoriza ou o dólar perde força perante uma cesta de moedas fortes, a soja sobe em Chicago e puxa os outros produtos, puxa milho, puxa trigo e assim por diante. Então, eu creio que não, acho que uma moeda forte vai compensar via custos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito Obrigada, Dr. José Maria.

Aqui vem uma pergunta interessante, fora do nosso temário, mas o Congresso é uma Casa democrática, e este ciclo de debates e palestras aborda



especificamente alguns temas. Vem uma pergunta de Santa Catarina, da Agrônômica, do Aloísio Finardi. Vou dirigir a pergunta, primeiramente, ao Flávio Turra e também ao José Maria. Diz respeito à produção de energia renovável: ele pergunta “se é viável a produção de etanol no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina?”.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Bem, o etanol, a gente imagina que seja de cana, que poderia ser de cana. O Estado de Santa Catarina, de modo geral, não é a região com clima mais adequado para a produção de cana. A produção de cana, até o norte do Paraná, adapta-se bem às condições de temperatura; agora, Santa Catarina já teve produção de álcool em pequena escala na região do Vale do Itajaí, mas se for implementar alguma produção é em pequena escala; em larga escala, dificilmente se vai viabilizar alguma planta industrial de álcool.

Eventualmente, outra alternativa que eles estejam pensando lá eu desconheço. Pode ser alguma coisa em relação a biodiesel, mas aí é outra linha, de produção de biocombustível. Então, no meu entendimento, dificilmente vai-se viabilizar, porém, tudo depende das condições de futuro.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Senadora, só complementando a pergunta, para o arroz, uma das saídas seria a produção de energia. A Federarroz tem feito estudos, contratou inclusive um professor, estudos adiantados para a produção de energia a partir do arroz. Seria um aproveitamento como um subproduto, que é importante. Seria uma das maneiras pelas quais nós podemos diminuir esse problema do arroz: o aproveitamento do arroz como matéria-prima para produção de energia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ele entraria para produção de etanol ou biodiesel?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Etanol.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ele não contém tanto óleo, não é?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – É, seria uma saída.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim.

Despertou-me uma curiosidade, porque o Dr. José Maria falou da questão da transversalidade, porque, nas questões de exportação e comércio exterior, o Ministério da Agricultura cuida de coisas da agricultura, produtos agropecuários; as questões relacionadas a acordos internacionais, envolvendo Mercosul, ou estão na área diplomática ou com o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Mas o Ministério da Agricultura – minha curiosidade é essa, José Maria – ele, como representante ou defensor dos interesses da agropecuária, está tendo protagonismo junto a essas áreas de Governo no sentido de levar a cada área específica essa defesa no interesse do setor?



Veja que, como lembrou bem o Dr. Schardong e até o Turra, os Estados do Sul estão comprimidos, mas se viu agora que até Rondônia, do Senador Acir Gurgacz, está sofrendo impacto na questão da produção de leite, com o leite que está entrando do Mercosul, que vai até Rondônia, prejudicando o produtor de leite de lá, o que, aliás, foi motivo de uma audiência pública nesta mesma Comissão.

Então, como é que o Ministro Wagner Rossi está atuando para defender o interesse desses produtores que são afetados diretamente por essa concorrência, considerada predatória, no Mercosul?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Hoje, o Ministério da Agricultura participa diretamente dessas questões. Há uma Secretaria, que é a Secretaria de Relações Internacionais dentro do Ministério da Agricultura, que encaminha todos esses assuntos junto aos demais Ministérios e, quando é um assunto que tem interesse direto do Ministério, principalmente na questão sanitária, de abrir mercados para carnes e assim por diante, o Ministério tem participado de todas as reuniões e tem levado os assuntos.

Vou citar um exemplo que ainda é da época do Ministro Reinhold Stephanes – e antes também houve essa iniciativa. Foi feito um documento do Ministério – não uma vez, mais de uma vez – com relação à diferença de alíquota que existe hoje na importação de trigo da Argentina *versus* farinha. Então, esse assunto foi colocado pelo Ministério da Agricultura algumas vezes na Camex, mas infelizmente não...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não prosperaram.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Nós não conseguimos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vencer a barreira da Argentina.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Sim.

Então, a questão é: hoje, sim, nós temos uma participação direta nessas questões e, quando temos interesse em algum assunto, ele é pautado dentro da Camex, sim, pelo nosso Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É uma pena, porque o senhor mencionou o esforço que o Ministério faz para abrir mercados para os produtos, mas tem um setor hoje assustado com o embargo que a Rússia fez à carne brasileira que, de novo, e impacta que lugares? Paraná, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso. Então, de novo, mais um embargo que sofremos, unilateralmente, de um comércio cada vez mais agressivo. Há algumas barreiras que não dá para entender. É claro que sabemos do esforço que está sendo feito. Esperamos até que o Ministério da Agricultura faça os investimentos necessários na questão da ampliação e do fortalecimento do sistema de fiscalização de defesa sanitária animal.



Eu queria ver se o Márcio ou o Dr. Schardong têm mais algumas questões para trocarmos informações com o Dr. José Maria, porque, como ele representa o Governo aqui, podemos dar mais uma rodada de indagações entre os participantes da Mesa.

O SR. MÁRCIO LANGER – Acho que, principalmente nessas questões, a preocupação deve ser anterior aos fatos gerados. Tínhamos um acórdão que previa essa dificuldade na questão do credenciamento e é preciso haver antecipações de algumas soluções para que não cheguemos a essas situações caóticas que estão vivendo aí. Então, se apareceu o problema lá atrás, que procurem resolver antes, porque essa é a função de governo que toda sociedade espera, para que, quando se chegar ao momento em que fatalmente os problemas existem em uma ou outra área, isso vá se estruturando melhor.

Na infraestrutura, como as questões estão crescendo cada vez mais, só no Rio Grande do Sul, segundo informações do nosso Secretário de Agricultura, há poucos dias, junto à Conab, estamos com falta de dois milhões de toneladas de estrutura de armazenagem. Então, vejo que as safras estão crescendo ano a ano e as estruturas de armazenagem estão cada vez mais deficitárias e faltando cada vez mais. Cada vez mais, essas situações precisam ser resolvidas com mais urgência e terminar um pouco com o fluxo entre a ação até ela virar prática nos Municípios, que é muito demorado, fazendo com que se passem dois, três, quatro meses. Isso é muito tempo para aquele agricultor que vive do seu dia a dia na produção. Ele precisa de mais urgência nesses quesitos.

Então, é um pedido que se faz para que as coisas aconteçam.

Nos acordos internacionais de comercialização, que aqueles produtos da cesta básica, principalmente aqueles que a agricultura familiar produz, sejam olhados com mais carinho no trato desses acordos. Por exemplo, só a capacidade ociosa do leite no Rio Grande do Sul está em 40%. Se tirarmos muito isso, quantos agricultores desses...? Na fumicultura, estamos com problemas de produção; no arroz, com problemas; o leite é um produto que emprega muita mão de obra. Se essa mão de obra migrar para a cidade e competir pelos postos de trabalho, vai se precisar mais de infraestrutura, saneamento, habitação etc e tal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É mais caro.

O SR. MÁRCIO LANGER – É mais caro ainda que manter aquele produtor no meio rural.

Então, são pedidos que se fazem para que possamos realmente continuar produzindo e fazendo com que sociedade possa ter alimentação saudável, a custos compatíveis, mas com o agricultor tendo condições de manter a sua família no dia a dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sem dúvida, Márcio. Nós, aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – penso falar em nome do Senador Acir Gurgacz, que preside, com muita competência, esta comissão –, estamos endossando integralmente essa manifestação sua, porque



isso diz respeito exatamente à área que mais precisa de suporte e apoio. E não é pedir demais; é pedir aquilo que está dentro da possibilidade, da capacidade, da competência e da responsabilidade do Ministério.

Não tenho dúvida de que o Dr. José Maria vai levar essa demanda aqui, com apoio da comissão, surgida pela manifestação da Fetag, a respeito dessa antecipação dessas questões que havíamos mencionado aqui. Então, penso que essa seja uma boa iniciativa de Governo para essa questão, José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Com certeza. Nós vamos levar – a Regina está aí e vai me ajudar. Com certeza, vamos ver dentro da Conab e, no que puder, vamos agilizar.

O Governo tem tentado. Nessa questão internacional, o Ministério tem feito parceria com a Apex, com o Mdic, com o Itamaraty, para tentar abrir mercados, para tentar facilitar as negociações, tanto é que o Brasil hoje é o maior exportador de carnes do mundo e tem a maior balança comercial... Não, desculpe-me... O Brasil em o maior saldo da balança comercial do setor agrícola do mundo. Ou seja, os agricultores estão de parabéns.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Eu queria complementar alguma coisa sobre o aspecto de armazenamento, porque, como 65% dos produtores de arroz do Rio Grande é arrendatário, cria mais dificuldades para construir o armazém próprio, porque ele é muito nômade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um imobilizado.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – E também o que causou muito transtorno no Rio Grande foi a impossibilidade de os armazéns da César, que é o armazém para o médio e o pequeno produtor depositar seu produto, ele esteve quase dois anos inviabilizado em função de alguns problemas de falta de negativa, administrativos e burocráticos. E só agora ele começou a ficar novamente apto a receber...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ativo pleno.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Não está cem por cento em alguns armazéns. Alguns Municípios ainda estão com problema. Então, acumulou o problema do cadastramento novo daqueles financiados da Conab, além da impossibilidade de portar produto na César, que é uma rede muito grande no Rio Grande. Então, isso aí foi o que deu esse problema maior. Foi esse o assunto dessa safra, pode ser que, na próxima safra, já esteja mais regularizado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – No caso do Paraná, o problema é o mesmo, Flávio? Como é a estrutura das cooperativas? Estas me parecem bastante fortes também em relação à armazenagem.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – No Estado do Paraná, a capacidade de armazenagem é de 26 milhões de toneladas e a produção do Estado chega, em anos bons, a 32 milhões de toneladas de grãos. Então, o ideal mesmo é que a



capacidade de armazenagem chegasse próxima a um para um. Então, se são 32 milhões de toneladas, em produção, teria que ter mais ou menos uma capacidade estática de 32 milhões.

Na realidade, o que acontece é o seguinte: quem está investindo hoje está investindo porque tem interesse indireto na armazenagem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do credenciamento?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Não. Em termos de armazenagem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mesmo. É o próprio produtor, a cooperativa ou a indústria do setor?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Exatamente. A indústria, porque ela não quer ficar exposta a ter...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sim, a segurança de abastecimento.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – E a oferta do produto, pelo menos num curto espaço de tempo, num período curto. As cooperativas investiram, ao longo dos últimos anos, e é o maior investidor por conta do recebimento da produção da safra dos associados, significativamente, ao longo dos últimos anos. Somente neste ano de 2011, elas devem investir R\$370 milhões em armazenagem. Hoje elas têm uma capacidade de 14,5 milhões de toneladas de capacidade estática de armazenagem. Com os investimentos deste ano, elas devem ir para 16 milhões...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Metade do que têm.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Isso. O custo, para simplificar um pouco a conta, a cada R\$250,00, dá para fazer uma tonelada estática de armazém. Então, pega essa conta e dá, mais ou menos, 1,5 milhão de toneladas que as cooperativas vão investir este ano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E aquelas linhas de Proinfra estão funcionando?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Está-se usando o Moderinfra e o Prodecoop. No caso das cooperativas do Paraná, o maior volume de recursos vem do Prodecoop. As cooperativas do Paraná são as que mais tomam recursos do Prodecoop. Então, além da industrialização, elas têm trabalhado fortemente na questão de armazenagem.

O que a gente vê nessa questão de problemas de armazenagem, na realidade, a gente tem uma boa capacidade de armazenagem e não temos muito produto estocado no Estado do Paraná. Tem algo em torno de 500 mil toneladas de trigo e um pouco menos de milho. Não temos problemas com o Governo. O que a gente vê de dificuldade no Estado do Paraná é essa exigência da garantia de 5% do valor do produto estocado.



Então, a gente quer ver com o José Maria se é possível o Governo trabalhar numa linha de que o Governo contrata a armazenagem e ele paga a tarifa. Por que não incluir o custo desse seguro, dos 5% da garantia, dentro da tarifa de armazenagem, porque aí o produtor não precisa da garantia, ele tem isso na tarifa de armazenagem.

Qual é a viabilidade disso, José Maria?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bem, primeiro eu quero dizer que esse Prodecoop é uma política de governo. Então, está dentro dos programas de investimento que saem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Flávio levantou a bola para ti agora.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Temos que defender o Governo aqui. O Governo tem que fazer a parte dele. Então, o Moderinfra, Prodecoop e Moderfrota são todos programas lá da política agrícola, com recursos do FAT, do BNDES, vamos colocar assim, mas que têm taxas de juros favorecidas e que estão propiciando esse aumento. E no caso do Moderinfra, que é destinado a produtor, a ideia nossa é que o produtor invista também em armazém, porque ele tendo o armazém, que é um dos problemas do arroz também no Rio Grande do Sul, no geral – o Schardong pode falar melhor do que eu sobre isso –, o produtor coloca na indústria e depois tchau. Esse produto não sai de lá de jeito nenhum, ou seja, ele fica sob a guarda...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Refém.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Ele fica refém. Agora, com relação a essa questão dos 5%, nós vamos ter que levar o assunto para a Conab também, porque foi também uma das exigências do TCU. Eu não sei como está colocada essa exigência, porque uma das iniciativas que estavam sendo feita é: ir lá, conversar com o Ministro do Tribunal, para ver o que podia facilitar nesse entendimento.

Mas, está anotado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Se preciso for, a gente vai lá, a Comissão de Agricultura pode ir, tenho certeza, com a Assessoria do Senador Acir Gurgacz, nós todos iremos lá para conversar com o TCU e ajudar no que for preciso, porque, às vezes, a interlocução política pode ter outro olhar sobre um problema que é nacional, não é só um problema dos produtores de arroz ou de trigo, mas é de armazenagem de tudo que é lugar do Brasil.

A gente esteve recentemente no Mato Grosso, do Senador Blairo Maggi, do Senador Jayme Campos, também da Comissão, do Senador Pedro Taques, quando a gente viu que eles tiveram um aumento muito grande de produção no trigo e, há dois anos, ele ficou estocado no asfalto, porque houve um crescimento muito grande da produção, em função das unidades produtoras de frangos e de suínos naquela região, e aí houve um descompasso: tiveram que colocar o milho estocado a céu aberto.



Então, é um tema que interessa a todo o País, e nós, certamente vamos deixar mencionado aí para o Senador Acir Gurgacz, iremos até ao Tribunal de Contas, para agilizar essa demanda.

O Schardong queria fazer algum comentário? Não.

Nós estamos nos encaminhando para a finalização, mas eu acho que é prudente que a gente insista no debate aqui na Comissão de Agricultura, e essa iniciativa do Senador Acir Gurgacz, de promover esse ciclo de debates, tem sido extremamente produtiva, porque temos trazido problemas de toda natureza, desde as questões fundiárias, as questões do crédito da agricultura familiar, as questões do problema do leite lá em Rondônia. Trouxemos aqui também as questões relacionadas agora a essa matéria específica; já discutimos aqui as assimetrias do Mercosul, que são sérias, são muito sérias, e, à medida que avança o comércio no bloco, maior ainda entre o Brasil e a Argentina, que são os maiores produtores, mais problemas nós teremos, porque, como foi constatado aqui, de parte do Turra, do Schardong e do Márcio, a gente viu que o agricultor da região Sul do País está pagando a conta do superávit comercial brasileiro, e pagando a conta com amargura porque está aumentando o seu endividamento e retirando-lhe a competitividade, porque não é justo. Seria correto que, assim como entra o arroz aqui e a carne ovina em alguma medida, a carne do Uruguai, por exemplo, e que também os produtores brasileiros pudessem atravessar a fronteira para trazer da Argentina a máquina agrícola, o defensivo agrícola e todos aqueles produtos que são muito mais baratos.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – O rolo de arame liso de 1.250 metros, em qualquer cidade da fronteira do Uruguai ou da Argentina, principalmente no Uruguai, sai R\$140,00. O mesmo rolo de arame aqui, no Brasil, custa R\$315,00. É só um detalhe. O óleo diesel é R\$ 1,00; aqui é R\$2,20.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Existe outro detalhe, que esse arame é produzido no Brasil, no Rio Grande do Sul. Então, é uma lógica que é incompreensível e aí o produtor fica numa situação bastante complicada.

Vem mais uma pergunta aqui, de Coronel Fabriciano, de Minas Gerais, do Humberto Almeida Magalhães. Obrigada pela sua colaboração, Humberto. Ele pergunta: “O que faz com que o arroz chegue tão caro às mãos dos consumidores e qual a solução para esse impasse?”. Foi o que você, como Presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz, deu uma opinião sobre isso. Agora, carregando na tinta, por favor, Schardong.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Em todas as crises que o arroz sempre passou, sempre houve esse diferencial entre quando baixou o preço do arroz até chegar a essa mudança no nível do produtor, até chegar à gôndola; sempre foi um tempo bem maior do que no bolso do produtor. Então, entre o bolso do consumidor e o bolso do produtor... Para o produtor, a crise chega mais rápida, porque diminui rapidamente, e a crise para o consumidor



também, porque não baixa o preço da gôndola. Essa é uma matemática daquela em que um mais um dão três e, para nós, produtores, um mais um sempre dão dois. Essa é a explicação que a gente tem que dar, mas é também uma preocupação. Estamos atravessando hoje um momento em que, se olharmos o preço da gôndola e o preço pago ao produtor e fizermos um escalonamento de todos os itens da cadeia até chegar à gôndola, realmente o valor está um pouco acima do que deveria estar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Schardong, esta, que lhe vou dirigir também, vem de Fortaleza, no Ceará.

Obrigada, Francisco José Abreu Macedo.

Ele pergunta o que o Governo brasileiro deve... Ele sugere que o Governo brasileiro crie mecanismos para evitar que o arroz importado dos países, que compõem o Mercosul, seja vendido a preços mais baratos no Brasil que o arroz produzido e consumido aqui. Acrescenta que o País deve investir na extração de óleo de arroz e na produção de arroz orgânico.

A pergunta é para os dois: para o José Maria, primeiro, e, depois, para o Schardong.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Olha, o arroz orgânico, hoje, é um nicho de mercado importante. O arroz orgânico tem um custo bem mais alto, por incrível que pareça, mas não tem condições de ser o primo pobre da cesta básica, como é o nosso arroz.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a questão do óleo, Schardong?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – O óleo é uma saída. Nós estamos trabalhando em cima disso aí. Existem pesquisas, hoje, analisando bastante a energia, tanto do óleo como do etanol.

Há outros subprodutos do arroz, como a farinha do arroz, que é uma farinha que podia ser complementada no trigo, fazendo uma parceria entre farinha de trigo e farinha de arroz para fazer o pão nosso. Também é uma saída.

Enfim, há uma série... Lamentavelmente, só quando existem as crises, como essa por que estamos passando, esses assuntos surgem. Então, nós temos que buscar agora as alternativas, independentemente de o preço melhorar amanhã ou depois. Acho que isso é fundamental.

Quanto à entrada do arroz, há normas do Mercosul que nós não conseguimos transpor, mas estamos batalhando para trancá-las. Enfim, nós já tentamos aumentar a TEC também do arroz para 35%, pois trabalhamos com 12% hoje. Poderíamos aumentar a Tarifa Externa Comum, como no caso do trigo, cuja tarifa nós tentamos passar para 35%, mas, muitas vezes, os nossos irmãos do Mercosul não concordam, porque também ficam com dificuldade.

Mas eu acho que a alternativa seria – não digo um fechamento direto – algum escalonamento temporário – em algumas épocas, nós temos condições de escalonar a entrada de arroz do Mercosul –, a não ser que nos dessem as



mesmas condições de produzir com os mesmos custos de produção, podendo comprar os seus insumos e obter todas aquelas vantagens que eles têm. É isto que nós queremos: que a indústria compre onde for mais barato, mas que nos dê a mesma condição de livre mercado para podermos comprar os nossos insumos onde quisermos.

Esse é o grande entendimento, mas, lamentavelmente, os nossos governantes, por força dessa balança comercial, muitas vezes, não têm força para nos dar a resposta que queremos. A balança comercial fala mais alto em razão – como eu digo – de o nosso produto ser a moeda de troca. Então, meu xará Francisco, enquanto nós formos a moeda de troca de toda essa grande comercialização chamada Mercosul, nós não vamos ter condições de trancar a entrada do produto em nível de Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Algum comentário, José Maria, para o Francisco, que mandou lá de Fortaleza a mensagem?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, é um assunto – acho que o Schardong já esclareceu – complicado, porque envolve o Mercosul, e aí nós temos algumas dificuldades de impor cotas, de impor tarifas. Não podemos fazer isso, porque é livre mercado. Não existe na norma esta possibilidade de dizer que não pode entrar quando o Brasil está colhendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, José Maria, no caso do leite, nós temos um sistema de cotas cujo prazo encerrou agora, e não houve renovação desse mecanismo. Seria conveniente a renovação para a proteção dos produtores, como no caso de Rondônia, mencionado aqui, ou no caso do Rio Grande do Sul também.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – O caso do leite, Senadora, é um pouquinho diferente. No caso do leite, as plantas industriais cresceram no Brasil sem ter...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A matéria-prima.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – A demanda da matéria-prima necessária. Então, muitas vezes, no caso do leite, não há outra alternativa, a não ser buscar no Mercosul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por isso, a cota...

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Por isso, as cotas. É o caso contrário do arroz.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Em relação ao leite, houve um acordo de privados, mediado pelo Mdic. Mas foi um acordo de privados. Isso pode acontecer. Não há nenhuma... Não há nada que impeça...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não há regra?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Não.



A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A regra...

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Quer dizer, se o Brasil conseguisse negociar com os parceiros, entre privados, aí não haveria problema. Mas não é o Governo impor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então não houve acerto entre os parceiros privados.

Uma pergunta ao José Maria.

A lei que garante preço mínimo ao produto, como no caso do arroz, para a garantia do preço, ela não precisa de edição de uma lei, porque já é uma norma. E a aplicação da lei, a aquisição pelo preço mínimo, é uma decisão de governo para regular o mercado e o preço pago ao produtor.

A pergunta é: “Qual é o planejamento do Mapa e a previsão orçamentária para proceder às aquisições no tempo e no momento certo? Como é a interação com o Ministério da Fazenda para a aplicação do preço mínimo, se é que existe esse tipo de gestão, de administração na comercialização? E se falta recurso no momento para a comercialização desses produtos?”

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Vou começar pelos recursos.

Não, o orçamento este ano está extremamente folgado, porque vários produtos que em outros anos o Governo teve que apoiar, nós não precisamos. No ano passado, por exemplo, nós tivemos um apoio muito forte ao milho; este ano, o milho está caminhando sozinho.

Então o único produto que nós fizemos apoio este ano... O único, não. Nós fizemos um pouquinho de feijão e agora estamos concentrando esse apoio no arroz.

Então nós não temos problemas com relação a recursos. A questão nossa está mais em problemas de armazém. A PGPM é regulada pelo Decreto-lei nº 79, de 1966, que é uma lei que define que o governo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A política de garantia.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – É, a Política de Garantia de Preços Mínimos em que o Governo define os preços mínimos. Ele definindo esses preços mínimos, normalmente ele define antes de o produtor plantar, até dois meses antes de o produtor plantar. Agora, por exemplo, junto com a divulgação do plano agrícola, serão definidos ou já estão definidos os preços mínimos para a próxima safra. Definido esses preços, o Governo, por lei, seria obrigado a garanti-los. Só que a garantia também depende de uma condição. E o que está ocorrendo hoje com o arroz é que nós não estamos tendo condição de fazer isso. Tudo o que é possível nós estamos fazendo. Ou seja, não é problema de dinheiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aqui nessa mesma...

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Desculpe, eu não respondi a da Fazenda.



Realmente, na questão dos leilões, há uma interface com a Fazenda, mas estamos fazendo sem nenhum contratempo.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – É importante também, porque o preço mínimo... Hoje, por exemplo, o PEP, que vem funcionando bem, que é uma maneira de tirar o arroz. Mesmo que o arroz, amanhã ou depois, melhore de preço, fique com 25,82, por exemplo, não pode mais operar o PEP. Ele só pode ser operado quando o preço está abaixo do preço mínimo.

Então, os dois lados têm que ser vistos. Se a ferramenta não pode funcionar quando o preço mínimo sobe acima de 25,80, ela não pode funcionar abaixo de 25,80.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Não, o mecanismo... Os leilões que nós fazemos através de equalização de preços, que é PEP e Pepro, realmente. A condição é que... Por que você vai equalizar o quê? Você vai equalizar o preço de mercado em relação ao preço mínimo. Então só justifica se o preço de mercado estiver abaixo do mínimo. Mas o Governo pode atuar acima do mínimo, como está atuando agora no caso do lançamento de contratos de opção de venda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. José Maria, o senhor mencionou e eu prestei atenção, talvez ainda com o vizo de antiga repórter, que o Plano Safra já está pronto. Eu queria saber quando o Plano Safra vai ser anunciado, porque aqui também o Dr. Guadagnin, do MDA, disse que, no dia 1º de julho, as propostas de contratos de financiamento – tenho testemunhas – já estariam à disposição para os agricultores. Portanto, até lá já deve ser anunciado e conhecido esse Plano Safra.

Em que pé está? Como é que ele está sendo avaliado? Como é que o Governo está construindo o novo Plano Safra diante dessa realidade, com alguns problemas setoriais, como é o caso do arroz e do trigo?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – O plano agrícola não tem exatamente uma data, porque estamos dependendo da Presidência, mas ele será anunciado esse mês, só que não vai interromper... Realmente, o Plano Safra começa a vigorar. Esse termina no dia 30 de junho, então tem que ter as regras prontas até 1º de julho, mas a maior parte das medidas já foi aprovada no Conselho Monetário Nacional. Então, tudo que depende de Conselho Monetário, as normas estão aprovadas, o Tesouro já está com as portarias prontas para a questão de equalização e o BNDES, preparando as circulares para os problemas de investimento. Então nós acreditamos que não vai ocorrer nenhum atraso. Agora, a data do anúncio, eu não lembro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. José Maria, quanto por cento do dinheiro disponibilizado para financiar custeio e investimento da safra 2010/2011 foi usado.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Na agricultura empresarial eram 100 bilhões. Ainda não fechou, porque fecha dia 30 de junho, mas estava com



uma aplicação em torno de 85%. Então, acreditamos que chegará noventa, noventa e pouco por cento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na agricultura familiar foi menos do que isso? Setenta por cento?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Na agricultura, não sei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A dificuldade de acessar os 100% se deve à incapacidade de acesso por conta do cadastro do tomador?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Com certeza. Como hoje todos os recursos têm risco bancário, depende do cadastro do produtor junto às instituições financeiras. Não havendo problema, aplica.

Nos últimos anos, temos aplicado. Há anos, inclusive, em que aplicamos mais do que o anunciado, próximo a 100%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Márcio, Dr. José Maria, lembrou que quando o agricultor não toma o dinheiro no banco, por impossibilidade cadastral, ele tem um financiamento do fornecedor de insumos, que dá, que banca e ele paga com a safra. Nesse caso, Márcio, como está a situação dos agricultores familiares?

O SR. MÁRCIO LANGER – É aquilo que já mencionamos: somente 30% da produção é financiada. Então, praticamente todo o resto... porque dificulta muito todos os outros mecanismos a que o agricultor tem direito.

Há muitos avanços em termos de acesso ao crédito, quanto ao seguro, ao seguro de preço, como o PGPAF – Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar, só que esses só funcionam quando há financiamento. Assim, quando só temos 30% de financiamento, há um contingente que busca fora disso. Essa é a grande dificuldade.

Por isso falamos na questão do VBC, a questão do endividamento. Tudo isso reflete na maior segurança da parte dos agricultores na hora em que implementam a sua agricultura. Então, são ferramentas necessárias.

Existem enormes avanços, mas esses gargalos precisam ser resolvidos, para que possamos, de fato, fazer com que a política chegue ao agricultor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Schardong, que expectativas há sobre esses dilemas/

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Estou achando o José Maria muito otimista com os 85%.

Lamentavelmente, considero esse lançamento do Plano Safra um grande oásis para o nosso produtor rural. Muitos estão longe de chegar a esse financiamento. Quanto ao arroz, cujo financiamento é de 32%, os 68% não têm condições de ser usado no Plano Safra.

Muitos dos que buscaram esse dinheiro em outras empresas, indústrias, também têm dificuldade, porque pagaram aquilo que... Por que as



indústrias do Rio Grande, de um modo geral, não estavam comprando ultimamente? Porque elas estavam buscando ressarcimento daquilo que elas adiantaram em insumos. Então, cria-se um novo mercado que não é o de compra.

Mas acho que esses 85% é um percentual bastante elevado, em função do que existe, principalmente, na lavoura do arroz, que conheço. Nessa lavoura, em termos de endividamento, pelo passivo que ela tem, acho 85% um valor bastante otimista. Seria bom se, se fosse mais de 85%, todo produtor rural pudesse buscar um dinheiro em função dos bons números, principalmente em termos de juros. Mas é difícil, porque o endividamento é muito grande. Alguns companheiros já estão plantando de outra maneira, por terem a vivência de um passado que eles ainda não podem equalizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Securitização, por exemplo.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Securitização.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Permitam-me, eu falei em 85% dos recursos disponibilizados. Não falei que o produtor financia 85%, porque hoje o nosso crédito rural é estimado em 30% das necessidades do produtor. Do dinheiro disponibilizado pelo Governo, ele toma mais ou menos 30%, no geral. Teoricamente, 30% é a nossa cota; 35% ele busca junto a fornecedores *traides*, e 35% de recursos próprios.

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Entendi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Flávio, no Paraná, em relação à perspectiva da safra 2011/2012, em relação à tomada de crédito de alcance do agricultor, ele está mais comprometido com esse financiamento do fornecedor de insumos, que aconteceram na maior parte dos Estados brasileiros?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – No Estado do Paraná, a conta é bem próxima do que o Dr. José Maria comentou agora: um terço dos recursos vem do crédito rural; um terço de recurso próprio do produtor; e um terço vem das empresas de insumos. Basicamente é isso.

A gente tem tido alguns problemas em termos de acesso ao crédito. Então, os problemas mais evidentes são daqueles produtores que não têm garantia. Esses produtores têm sido excluídos do acesso ao crédito pelo sistema financeiro exatamente justamente porque não têm garantias. Além disso, há outras situações. Às vezes, a pessoa tem dívidas antigas, o agente financeiro puxa o saldo, a conta dele, e o exclui novamente.

De modo geral, aqueles produtores que estão capitalizados, que estão numa situação financeira boa, esses têm tido acesso fácil ao crédito. Nessa linha, eu gostaria de comentar as notícias que saíram referentes à safra 2011/2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É importante questionar isso também.



O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Está-se comentando um pouco da possibilidade que o Governo venha a criar um limite único por CPF e por safra e que esse limite, por questão da...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da tomada de crédito.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Para tomada de crédito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para custeio ou financiamento?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Esse limite é para custeio basicamente de grãos. Depois, há algumas exceções, algumas particularidades, mas ficaria limitado, então, a 650 mil reais por safra. Isso para produtor médio passa a ser pouco, pelo menos para o produtor médio do Paraná, que usa intensivamente a sua propriedade, tem produção de frangos, de suínos. Então, tem uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Diversificação.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Ele é diversificado, então ele demanda muito crédito. Ele tem receita alta, mas precisa também de bastante crédito. Então, essa situação preocupa bastante. Além disso, nas integrações, está-se estabelecendo um limite de R\$70 mil por integração, e aí entram suínos, aves, e havia mesmo até uma linha específica para perus, é baixo. Imagino que, com esse mesmo limite para o pessoal do Centro-Oeste, que são produtores maiores, a dificuldade vai ser maior. Então, esses limites vão excluir muitos produtores que tinham acesso a crédito em volume maior do que esse limite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, esses 85% certamente vão baixar, se esses critérios forem adotados na safra 2011/2012?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Não, quanto a esse limite, uma resolução do Banco Central já definiu isso. Só que na safra anterior, você tinha a possibilidade de pegar, por exemplo, R\$600 mil na soja; R\$500 mil no milho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por produto, não por CPF. Agora é por CPF.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Flávio, se me permite, o único produto que tinha um teto independente era milho. Nós não reduzimos nenhum limite de produto e muitos produtos tiveram aumento substancial. Por exemplo: um produto que tinha R\$200 mil de limite agora vai ter até R\$650 mil. No caso de frangos, não me lembro qual era o anterior, mas era 25 ou era 30...

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Quarenta e cinco.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Subiu para 70. Então, o aumento é muito grande. Produto que tinha 330 passou a ter 650.

Então, no geral, eu acho que é o contrário. A capacidade de tomar crédito vai aumentar. Porque muitas culturas como o tomate, que tinha um limite muito baixo, e que vai para 650 – batatas, frutas, e assim por diante. Alguns



produtos que tinham limite muito baixo podem tomar até 650. Não teve nenhum produto com limite reduzido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a estimativa do Ministério da Fazenda sobre a projeção da safra, de um modo geral, para 2012, José Maria?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Olha, nós fizemos uma estimativa baseada em safras passadas, porque é muito difícil, com tanta antecedência, fazer uma estimativa. Mas como a gente tem que fazer essa estimativa para efeito de plano agrícola...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E vocês não acertaram com o El Niño nem com La Niña, não é? Também tem mais isso.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Exatamente, mas nós simplesmente replicamos o crescimento que ocorreu nos últimos anos, nos últimos cinco anos. Então, deu, em média, 5% e estamos jogando 5% para frente, que daria algo em torno de 168 milhões de toneladas, mais ou menos uns 170 milhões de toneladas.

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – Já que falamos isso, só para encerrar esse capítulo, por que os números e estimativas de safras da Conab e do IBGE são diferentes?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, a metodologia da Conab é um pouco diferente da do IBGE. Eu não saberia, porque não é um assunto...

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – É mais preciso?

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Não, eu não sei se é mais preciso, porque o IBGE... Na verdade, lá atrás, e a ideia agora foi aproximar esses levantamentos, a Conab tem um levantamento de safra mais gerencial. Tinha, porque ela fazia com mais rapidez. E o IBGE era mais como um – como eu posso dizer –, ele pegava mais uma amostragem do que estava acontecendo na prática. Então, as do IBGE são mais atrasadas. Agora, não. Está aproximando.

Mas eu acredito que o IBGE tem mais pulverização em termos de informação e é o órgão oficial para estatística. A Conab faz uma avaliação de safras mais gerencial.

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – Ora, já tem alguma proposta...

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Senadora, dentro do assunto de Plano Safra e de projeto de custeio, o que está deixando bastante intranquilo o setor são as exigências ambientais que os bancos estão fazendo ao fazer o custeio.

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – Bancos oficiais e privados?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Oficiais. São exigências que, hoje, não tem nem como se cumprir...



A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – Em função do Código Florestal em vigor?

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Não, não em função do Código Florestal. Já estavam pedindo antes. Inclusive, no caso do arroz, no Rio Grande do Sul, estão pedindo outorga da água, que é uma coisa difícil de conseguir hoje. Então, são várias exigências que já estão fazendo agora, antes da solução final do Código. Se o Código, por exemplo, não evoluísse como evoluiu, praticamente, no Rio Grande do Sul, de um milhão de hectares, nós iríamos plantar só 500 mil hectares de arroz. Não poderiam ser mais plantados 500 mil hectares de arroz. Mas, hoje, as exigências ambientais que estão fazendo os agentes financeiros nos preocupam bastante, porque algumas não têm nem como cumprir o que eles estão pedindo.

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – No Paraná é assim também, dessa forma, Flávio?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Na realidade, no Estado do Paraná, tem os próprios bancos oficiais, os bancos públicos, que estão fazendo essas exigências, mas para investimento. Para investimento, tem inclusive outorga da água, tem uma série de exigências adicionais. E eles já encaminharam, para os produtores rurais interessados em financiar as atividades, uma correspondência, dizendo que, a partir do dia 11/06, só vão emprestar dinheiro se estiver regular na questão ambiental. Justamente por conta da lei de crimes ambientais e decreto de lei...

O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – E se o Código Florestal não for solucionado até o dia 11 de junho, como é que vai ficar?

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Maria Amélia. Bloco/PP – RS) – Espera-se uma prorrogação.

A propósito disso, estou agradecendo a assessoria da Comissão, lembrando que nós vamos ter um debate exatamente sobre o crédito rural e o Plano Safra, que foi um requerimento apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná; do Flávio; e também por mim, do Rio Grande do Sul. E essa audiência pública primeira será no dia 9 de junho, das 8h30min às 11 horas, uma quinta-feira, com transmissão aqui da nossa TV Senado. E no dia 10 de junho, dia seguinte, às 14 horas, neste mesmo horário que estamos realizando hoje.

Então, agradeço a vocês pela lembrança, adequada para chamar também a atenção dos nossos telespectadores para acompanhar tanto na manhã de quinta-feira, dia 9, quanto na tarde do dia 10, sexta-feira, também o mesmo assunto, que é o crédito rural e o Plano Safra.

Aqui, a gente já deu um pouco do capítulo emocionante que vai ser essa questão.



Vem agora uma pergunta da Bahia, o Manoel Pacheco, ele é de Barro Alto, Bahia. Obrigada, Manoel, pela colaboração e pela participação aqui no nosso debate.

Vou dirigir a pergunta ao José Maria. Ele diz que o Governo deve criar mecanismos que favoreçam a redução de custos de produção do arroz, a fim de que os produtores obtenham lucros que os permitam quitar financiamentos que contraíram junto a bancos. Afirma ainda que uma produção a baixo custo favorece a competitividade do produto tanto no mercado interno como no mercado externo. Ou seja, mais competitividade.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom, eu creio que, do lado do Governo, algumas políticas são feitas exatamente para baixar o custo. Quando o Governo faz pesquisa, coloca a genética e todo o crédito rural com taxas de juros diferenciadas, ele faz com o objetivo de reduzir o custo para o produtor. Então, o objetivo nosso é esse também, ou seja, o tempo todo buscar tecnologia, variedade e colocar à disposição do produtor políticas que reduzam os custos, como é o caso do crédito rural.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria, agora, fazer uma última abordagem. Cada um dos expositores tem três minutos, para a gente ir encaminhando o encerramento deste ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, começando lá com o Márcio Langer.

O SR. MÁRCIO LANGER – Acho que o agricultor está fazendo o seu papel perante a sociedade, o debate é muito oportuno, produzindo com qualidade, em quantidade, fazendo o seu papel nesse quesito. Também dizer para a sociedade que o agricultor é um ótimo gestor. Para se administrar uma propriedade perante todos os reveses, seguindo legislações das mais diversas ordens, realmente o agricultor tem que ser quase perito em todas as formas de legislações para conseguir desempenhar suas atividades.

Quero também convidar toda a sociedade para consumir cada vez mais cereais bons, arroz em bolinho, arroz doce...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Brasileiro, não é?

O SR. MÁRCIO LANGER – Brasileiro.

Quero também agradecer, em nome da Federação, por essa oportunidade que tivemos, Senadora Ana Amélia, de trazer a esta Comissão algumas informações sobre agricultura familiar, que abrangem os três Estados do Sul e os de todo o Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Márcio, pela valiosa colaboração.

Com a palavra o Francisco Schardong, que é Presidente da Câmara Setorial Nacional do Arroz.



O SR. FRANCISCO LINEU SCHARDONG – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na pessoa da Senadora Ana Amélia, pois foi importante essa oportunidade.

Espero que o Governo reflita sobre a situação difícil por que está passando a lavoura rizícola não só do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mas de todo o Brasil. Que nós dê as condições para continuarmos produzindo, porque, na lavoura de arroz, trabalhamos numa zona irrigada – falando agora no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – e é muito difícil partirmos para um outro plantio. Então, nós temos que continuar plantando arroz, que é necessário. O primo pobre da cesta básica é o grande item da alimentação de nossa população.

Acho que o Governo deveria ter um pouco de sensibilidade agora no fechamento das nossas contas junto aos agentes financeiros, daqueles que financiaram. Acho que o Governo vai ter que ter uma sensibilidade um pouco diferente porque nós precisamos quitar o nosso custeio para buscar um novo. Temos muito dificuldade para quitar o custeio atual para buscar um novo.

Então, acho que o Governo sabedor da necessidade dos alimentos, sabendo que nós fizemos o tema de casa com tanta competitividade, produzindo esse montante tão espetacular que foi a safra deste ano, esperamos que, em contrapartida, ele reconheça o nosso papel e dê uma situação melhor possível. Como disse aqui, no início, o nosso segmento do arroz está doente. Ele precisa de um remédio, não de uma aspirina, um pouco mais forte – esse um pouco mais forte vai ser o reconhecimento do nosso Governo pelo nosso trabalho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Francisco Schardong, que falou pela Câmara Setorial Nacional do Arroz.

Com a palavra o Flávio Turra, da Ocepar, do Paraná.

O SR. FLÁVIO ENIR TURRA – Quero agradecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na pessoa da Senadora Ana Amélia.

O debate, na minha opinião, foi muito oportuno. Nós, produtores de trigo do Sul e do Centro-Oeste do Brasil, temos uma preocupação muito grande com relação à segurança alimentar. Temos que ter um programa que efetivamente garanta que o Brasil seja autossuficiente na produção de trigo.

Todos os países importantes, todos os países desenvolvidos têm um programa que garanta abastecimento de trigo para a sua população. Eles não querem ficar expostos a outros fornecedores, e o Brasil tem uma exposição muito grande: hoje 50% são de dependência de fora.

O consumidor pode ficar tranquilo porque, se eventualmente tiver alguma necessidade de adequação, necessidade de algum investimento, o custo do trigo no pãozinho que o consumidor compra na padaria é de apenas 12% do preço que ele paga na aquisição. Então, daquilo que ele paga pelo pãozinho,



apenas 12% é trigo. Que fique tranqüilo, porque uma política que apóie a produção nacional não vai pesar no bolso dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria antes de o senhor falar, agradecer a José Barbosa de Andrade Filho, de Santos, São Paulo, pela pergunta que não teremos tempo de fazer; a Ismael Almeida de Brasília, Distrito Federal; a Danilo da Silva Carnopi, de Camaquã, Rio Grande do Sul; a Frederico Almeida, de Caxias do Sul – vamos tentar encaminhar a vocês essas respostas, através da Comissão, por *e-mail*; a Océlio Correia Barros, do Pará, de Ananindeua.

Muito obrigada a todos vocês que tiveram a delicadeza de mandar as colaborações. Essas perguntas ficarão sob o comando da área técnica desta Comissão.

Eu queria encaminhar ao senhor, em nome da Comissão de Agricultura, três pedidos, quatro, melhor dizendo. Os primeiros, mais emergenciais, dos mecanismos do socorro para comercialização do arroz.

A questão – essa é de emergência – de mais médio e longo prazo, de que acabou de falar o Flávio, de estímulo à triticultura brasileira. Acho que temos aí um dever a cumprir não só com o produtor, mas também com o país, porque o trigo é segurança alimentar e segurança nacional. É assim que entendem os países ricos, como disse o Flávio.

E duas também emergenciais: agilizar os credenciamentos dos armazéns e agilizar a retirada do estoque existente hoje de 500 mil toneladas, que já aprovamos pela Medida Provisória nº 519, PLV nº 15, já autorizada pelo Congresso. Então, é só tomar as providências.

Então, essas quatro recomendações ficam em nome da Comissão.

Eu lhe agradeço imensamente e lhe passo a palavra para as considerações finais, com nossos agradecimentos, Sr. José Maria dos Anjos.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Eu é que agradeço o convite, em nome da Srª Senadora Ana Amélia, para este debate, que é muito importante.

O Ministério da Agricultura vai levar esses assuntos e vai tentar, no que for possível, agilizar no que puder.

Eu gostaria de dizer que uma coisa que temos feito, e acho que temos feito um bom trabalho, junto às câmaras setoriais, quer dizer, o Governo não tem feito nada sem discutir exaustivamente com o setor. Acho que é assim que conseguimos fazer um trabalho que é interessante para todo mundo, até por que o Governo o faz, exatamente, com esse objetivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço imensamente, José Maria dos Anjos, Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), representando aí o Poder Executivo, o Governo.



Este é o nono seminário do ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que está sendo encerrado agora.

Aproveito para agradecer imensamente ao Dr. José Maria, ao Flávio Turra, ao Dr. Francisco Schardong e ao Márcio Langer a participação e a contribuição valiosa que deram a esse debate, que abordou, por requerimento apresentado por mim à Comissão, comandada pelo Senador Acir Gurgacz, as questões relacionadas com a comercialização do arroz e do trigo, que afetam a Região Sul do País, com os aspectos relacionados também com os embates e com as assimetrias econômicas no âmbito do Mercosul.

Com esses agradecimentos, mais um agradecimento especial a todos aqueles telespectadores de vários Estados que participaram e colaboraram conosco e deram também um brilho especial a esse debate sobre esses temas, eu considero realizada nossa missão, na tarde de hoje, agradecendo, mais uma vez, a todos.

Está encerrado este ciclo de debates, o nono ciclo de debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Até a próxima oportunidade.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 37 minutos.)